

18 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Acidente da Gol: jornalista do Legacy terá de se retratar

Evandro Fadel / CURITIBA

Com o voto favorável de dois dos três desembargadores da 9.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, o jornalista americano Joe Sharkey deve ser condenado a retratação pública por declarações consideradas ofensivas ao Brasil que publicou em seu blog. Eles também votaram pelo pagamento de indenização de R\$ 50 mil, com valores corrigidos desde 2008, quando foi postada a primeira publicação considerada ofensiva. Sharkey estava no jato Legacy que se chocou contra um Boeing da Gol em 2006. As 154 pessoas a bordo do Boeing morreram. As sete que estavam no Legacy nada sofreram.

A sentença ainda não foi homologada pelo TJ porque o terceiro julgador, desembargador José Augusto Aniceto, pediu vista do processo. "Apesar da interrupção do julgamento, a decisão já está dada porque temos dois votos favoráveis", disse o advogado da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo 1907, Dante D'Aquino. Sharkey pode recorrer.

O processo foi movido por Rosane Gutjahr, que perdeu o marido no acidente. "Não tínhamos nem recuperado os corpos das pessoas e ele já estava dizendo que no Brasil só tem tupiniquim, que o Brasil é o mais idiota dos idiotas, que aqui só tem samba, carnaval e prostitutas", afirmou.

Rosane recorreu à Justiça pedindo reparação. Em primeiro

grau, a Justiça negou o pedido, alegando que não era parte legítima. De acordo com a acusação, Sharkey teria atribuído a culpa do acidente ao Brasil, chamado por ele de "terra maluca". Para Rosane, trata-se de "racismo e ofensa" ao povo brasileiro. Ela disse que pretende doar a indenização ao Hospital de Clínicas de Curitiba.

Sharkey não indicou defensor e foi julgado à révelia. Em seu blog, o jornalista negou antontem que tenha ofendido os brasileiros. Alegou que o processo é fruto de "xenofobia e antiamericanismo". Segundo ele, o comentário de que o Brasil é culpado pelo acidente foi feito a partir da análise da empresa americana National Transportation Safety Board, segundo a qual "falhas operacionais e sistêmicas do controle aéreo brasileiro foram a provável causa do acidente".

18 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça bloqueia bens de Paulo Ribeiro, cunhado de Alckmin

Paulão é citado por suposto envolvimento com cartel de merenda e financiamento eleitoral em Pindamonhangaba

A Justiça Federal decretou o "imediato bloqueio" de bens do empresário Paulo César Ribeiro, o Paulão, por suposto envolvimento em cartel para fraudes no fornecimento de merenda escolar e financiamento ilícito de campanha eleitoral no município de Pindamonhangaba (SP).

Paulão é cunhado do governador Geraldo Alckmin (PSDB). A medida que torna indisponíveis seus bens foi tomada pela juíza Carla Cristina Fonseca Jório, da 1.ª Vara Federal de Taubaté (SP). "O requerido (Paulo Ribeiro), segundo as provas existentes, foi lobista e intermediou a doação do Grupo SP Alimentação a campanha do prefeito João Antônio Salgado Ribeiro", assinalou a juíza, em despacho de 16 páginas. "Consta, também, que ele recebia propina da empresa Verdurama."

A Verdurama Comércio Atacadista de Alimentos recebeu R\$ 29,34 milhões da gestão João Ribeiro (PPS) no período entre

2006 e 2010. Investigação do Ministério Público Estadual constatou que o contrato foi aditado quatro vezes, expediente que permitiu a prorrogação sucessiva do negócio, com elevação dos preços do cardápio servido a 22.119 alunos. O Ministério Público aponta "diversas irregularidades e ilegalidades".

Prefeito. A juíza também ordenou o embargo de bens do prefeito. "Verifico que ele deixou de tomar medidas concretas para punir os supostos envolvidos nas denúncias que chegaram ao seu conhecimento antes das eleições de 2008", observou Carla Jório. A decisão alcança Silvio Serrano, ex-secretário municipal de Finanças que teria sido nomeado por indicação de Paulão. Um ex-sócio da Verdurama, Genivaldo Marques dos Santos, delatou o esquema. Ele disse que Paulão era o elo da SP Alimentação com a administração João Ribeiro.

"A petição inicial relata fatos gravíssimos de fraude em licitação, de desvio de verbas públicas, de enriquecimento e apropriação de verbas públicas", assevera a juíza. "Depois de detida análise dos argumentos apresentados e dos documentos juntados pelo Ministério Público Es-

tadual, observo que as narrativas iniciais estão apoiadas nas provas produzidas, interceptação telefônica judicialmente autorizada e busca e apreensões concretizadas."

Carla Jório assinala que "há fortes indícios de que a concorrência pública teve como participantes empresas que agiram em conluio, tendo algumas delas possivelmente influenciado na estimativa de preços e na elaboração do edital da licitação".

A investigação foi conduzida pelo promotor da Justiça Leonardo Rezek Pereira, da Pindamonhangaba. Ele acusa 18 pessoas físicas e jurídicas em ação civil por improbidade administrativa. Rezek aponta as artimanhas de um cartel "para frustrar a competitividade de procedimentos licitatórios realizados pelas diversas prefeituras do País".

A Justiça estadual em Pindamonhangaba entendeu que a competência para o caso é da Justiça Federal porque R\$ 5,87 milhões foram repassados pela União à prefeitura. O Ministério Público Federal endossou integralmente o trabalho da promotoria estadual.

O relato mais importante do inquérito civil 34/07 é o de Genivaldo dos Santos. Ele afirmou que a Verdurama faz parte do grupo SP Alimentação. Genivaldo disse que a empresa pagava em Pindamonhangaba propina de 10% sobre os valores recebidos da prefeitura. O inquérito revela prejuízo de R\$ 5,04 milhões ao Estado de São Paulo que teve que fornecer mão de obra para prefeituras das merendas. / F.M.

Advogado alega que não teve acesso à decisão judicial

● O advogado Gustavo Badaró, que defende Paulo César Ribeiro, o Paulão, disse que ainda não foi intimado da decisão da Justiça Federal. "Não sei o teor (da decisão), não conheço, estou tentando obter cópia." Ele assinalou que foi intimado de um recurso de agravo da promotoria ao Tribunal de Justiça do Estado contra a

decisão do fórum de Pindamonhangaba que deslocou os autos para competência federal. "Foi definida a competência da Justiça Federal."

A prefeitura de Pindamonhangaba informou que o contrato da merenda foi aprovado pela Câmara Municipal. A assessoria do prefeito João Ribeiro afirma que foram "seguidos os trâmites legais". Destacou que quando surgiram indícios de irregularidades, o prefeito determinou a suspensão do contrato, municipalizou o fornecimento da merenda e

abriu sindicância que culminou na exoneração do então secretário de Finanças, Silvio Serrano. A assessoria ponderou que a administração está colaborando com as investigações da promotoria.

O advogado Silvio Salata, que defende o prefeito, disse que vai recorrer da ordem de bloqueio de bens ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). Ele anotou que também "não tomou ciência" da sentença da juíza federal em Taubaté. "O processo tramita em segredo de Justiça", observou Salata. / F.M.

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda

Maksoud Plaza

a leilão 18 NOV 2011

Decisão foi tomada para quitar dívidas trabalhistas do tradicional hotel de luxo localizado a uma quadra da Avenida Paulista

Ícone paulistano, hotel é avaliado em R\$ 140 milhões

Maksoud fez depósito para pagamento da dívida com funcionários, mas TST manteve venda para dezembro, enquanto faz avaliação

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Ícone do glamour paulistano na década de 1980, o Hotel Maksoud Plaza foi mandado a leilão pela Justiça do Trabalho para pagamento de dívidas trabalhistas. Famoso por ter hospedado autoridades, celebridades e socialites brasileiras e estrangeiras, o imóvel é avaliado em R\$ 140 milhões.

Situado a uma quadra da Avenida Paulista, o empreendimento teve o leilão marcado para a segunda semana de dezembro pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Apesar de o hotel sustentar que já fez um depósito para pagamento da dívida, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) informou que ainda não há decisão judicial sobre a suspensão e o leilão está mantido. Ainda precisa ser avaliado, por exemplo, se o valor depositado cobre toda a dívida.

Tradicionalmente, a Justiça do Trabalho tenta vender imóveis, como o Maksoud, em lei-

lões. Se o empreendimento não é arrematado na primeira oferta, novos leilões são realizados. A Maternidade São Paulo, também na região da Paulista, só foi vendida depois de mais de dez tentativas.

O Maksoud já chegou a ir a leilão em 2008. Quase 400 pessoas lotaram o auditório do Fórum Rui Barbosa, na zona oeste de São Paulo, mas não houve interessados no cinco-estrelas. Às 10h40, o leiloeiro apresentou o imóvel de 7,3 mil m² e 22 pavimentos, mas ninguém ofereceu o lance mínimo de R\$ 47,5 milhões.

Para o TRT, um dos motivos que podem ter afastado os compradores é o fato de os proprietários do imóvel terem entrado com uma liminar na Justiça para suspender os efeitos do leilão - ou seja, corria-se o risco de conseguir arrebatá-lo, mas não poder usá-lo.

O empresário Henry Maksoud disse na época que "todo o processo que levou a esse leilão" estava "preenchido de ilegalidades". "O hotel vai continuar hoje, amanhã, até quando eu quiser, mesmo com essa truculência com que temos sido tratados." Procurada ontem, sua assessoria confirmou o depósito judicial.

Reservas. Até ontem era possível fazer reserva para hospedagem no Maksoud em dezembro - as diárias variavam de cerca de R\$ 500 a aproximadamente R\$ 2 mil. Além de hospedar pessoas famosas, o Maksoud sempre foi frequentado nos fins de semana por famílias endinheiradas atrás do famoso brunch. E o café da manhã do hotel ainda atrai as classes média e alta.

CONTINUA

Fama veio com show de Sinatra

Inaugurado na manhã de 1.º de dezembro de 1979, o Hotel Maksoud Plaza ficou famoso por hospedar chefes de Estado, xeques árabes, pop stars e outros vips.

Em 1981, o dono e patriarca, Henry Maksoud, resolveu contratar "o cantor mais famoso do mundo" para fazer show ali. Seus assessores o alerta-

ram que Frank Sinatra custaria uma fortuna. "Não importa", disse Maksoud.

Sinatra, que tinha cantado no ano anterior para um Maracanã lotado, voltou então ao Brasil para fazer show para apenas 700 felizardos. À saída, declarou: "É um dos hotéis mais sofisticados que já visitei." Foi a consagração.

Também passaram por lá, entre outros, os músicos Sammy Davis Jr., Buddy Guy, Ray Conniff e Julio Iglesias.

Hospedaram-se ali ainda a atriz francesa Catherine Deneuve, o roqueiro Axl Rose e o cantor e ex-Menudo Ricky Martin. Todos deixaram histórias. Rose, por exemplo, arremessou de lá de cima uma cadeira; não houve vítimas.

O hotel também foi cenário de novela da Globo. Ângela Vidal, a malvada executiva interpretada por Cláudia Raia em *Torre de Babel*, morreu no último capítulo ao despencar no lobby.

Major leilão da história quer arrecadar até R\$ 2 bi

Dados do TST mostram que existem atualmente no País 2,5 milhões de processos trabalhistas que aguardam a execução das decisões. Para começar a reverter a situação, a Justiça do Trabalho realizará o maior leilão nacional de bens da história, no dia 2, com a expectativa de arrecadar cerca de R\$ 2 bilhões para pagar dívidas trabalhistas. Os bens leiloados em um único dia vão de guardanapos, vestidos de noiva e carros a apartamentos, fazendas e até um estádio de futebol, o campo do CRB, em Alagoas. "Prendemos fechar o ciclo em relação aos devedores da Justiça do Trabalho. A execução trabalhista apresenta-se emperrada. O credor obtém ganho de causa, mas não obtém a satisfação do crédito", afirmou o presidente do TST, João Oreste Dalazen. "De cada cem credores, apenas 1/3 recebe o crédito", acrescentou o ministro, que apresentou um projeto de lei no Congresso para reformar as regras de execução.

Em tese, no leilão, os bens podem ser vendidos por quantias inferiores ou superiores à avaliação, que é feita por oficiais de Justiça. No caso de o bem não ser vendido, ele poderá ser oferecido ao próprio credor. Se não houver interesse do credor, um corretor poderá ser nomeado para vender, por exemplo, um imóvel. Há ainda a possibilidade de ocorrer o usufruto. Uma casa de praia penhorada para pagamento de dívida judicial poderá, por exemplo, ser alugada em temporadas para arrecadar recursos.

A relação dos bens estará no site do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.csjt.jus.br). Em alguns Estados, os lances poderão ser dados pela internet. Em São Paulo, o leilão será transmitido pela TV Justiça. Entre os bens oferecidos está um lote de esmeraldas. /M.O.

ALGUNS ITENS

- Imóveis de luxo
- Parque aquático
- Fazendas
- Aparelhos estéticos
- Esmeraldas naturais
- Automóveis e combustível
- Móveis e eletrodomésticos
- Computadores
- Vestidos de noiva
- Toneladas de cana de açúcar
- Trapos e roupas
- Materiais de construção

18 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

JUÍZA ASSASSINADA PM diz que foi obrigado a incriminar coronel

O PM Jefferson Araújo afirmou ontem em Niterói, no Rio, ter sido obrigado pela Polícia Civil a apontar em depoimento o tenente-coronel Cláudio Oliveira, ex-comandante do 7.º BPM (São Gonçalo), como mandante da morte da juíza Patrícia Acio-li, em 11 de agosto. Araújo é um dos 11 acusados de participar do crime que estão em julgamento. Ele diz ter sido obrigado a aceitar o benefício da delação premiada, sob risco de ir para uma prisão de segurança máxima. A polícia informou que não se manifestará antes de tomar conhecimento do teor da acusação. A juíza, que trabalhava em São Gonçalo, foi morta a tiros quando chegava em casa.

18 NOV 2011

GAZETA DO POVO

PODER PÚBLICO | PROMOTORES QUEREM BLOQUEAR
R\$ 5,9 MILHÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

MP denuncia Derosso e pede seu afastamento

O Ministério Público do Paraná denunciou à Justiça o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso, e mais cinco pessoas – entre elas sua mulher, Cláudia Quelroz Guedes – por improbidade administrativa. Investigações indicam que houve direcionamento em uma licitação da Casa para contratar a agência Oficina da Notícia, de sua esposa. Os promotores pedem também o afastamento de Derosso da Presidência da Câmara, para evitar que ele intimide testemunhas e atrapalhe as investigações, e o bloqueio de seus bens no valor de R\$ 5,9 milhões. Já a cunhada do presidente da Câmara, Renata Quelroz Gonçalves, foi denunciada por falsidade ideológica. Além disso, o MP informou também já ter provas da contratação irregular, pela Câmara, de João de Matos Leal – um dos personagens centrais do escândalo de desvio de dinheiro na Assembleia Legislativa.

18 NOV 2011

AÇÃO JUDICIAL GAZETA DO POVO

MP pede à Justiça afastamento e bloqueio dos bens de Derosso

Presidente da Câmara de Curitiba, mulher dele e quatro servidores da Casa são acusados de improbidade por causa de contrato de publicidade de

R\$ 5,1 milhões

Karlos Kohlbach

O Ministério Público do Paraná (MP) pediu ontem na Justiça Estadual, em caráter liminar, o afastamento do vereador João Cláudio Derosso (PSDB) da presidência da Câmara de Curitiba. Na ação, o MP ainda requisita liminarmente o bloqueio de bens de Derosso e a devolução de R\$ 5,9 milhões aos cofres públicos. Investigações do Ministério Público indicaram que o presidente da Câmara direcionou a licitação de publicidade da Casa, em 2006, para contratação da agência de comunicação Oficina da Notícia — cuja dona é a mulher de Derosso. Na ação, o MP ainda acusa Derosso e outras cinco pessoas por improbidade administrativa.

Os promotores do caso sustentam que Derosso deve ser afastado do comando da Câmara para evi-

tar que ele intimide testemunhas e atrapalhe a sequência das investigações sobre os contratos de publicidade da Casa, já que é o presidente do Legislativo. A Justiça agora vai avaliar se acata ou não a ação contra Derosso. Caso aceite, o processo começa a tramitar. Se ele for condenado, perderá os direitos políticos e o mandato.

Outros acusados

A jornalista Cláudia Queiroz Guedes, mulher de Derosso e dona da Oficina da Notícia, também vai responder por ato de improbidade administrativa. Ela alega que, na época, ainda não era casada com o presidente da Câmara.

Também são acusados pelo MP na ação quatro servidores da Câmara que faziam parte da comissão de licitação: Washington Luiz Moreno, Airton Luiz Bonacif Borges, Maria Angélica Bellani Martins e Priscilla de Sá Benevides Carneiro. Segundo os promotores, os servidores tinham condições de detectar as irregularidades, mas não o fizeram.

De 2006 ao início deste ano, a Oficina da Notícia administrou R\$ 5,1 milhões da publicidade da Câmara — a ação pede o bloqueio de R\$ 5,9 milhões para garantir um eventual ressarcimento do valor do contrato mais o pagamento de multas.

O MP detectou ilicitudes que afrontam a Constituição Federal, a Lei de Licitações e a Lei de Improbidade Administrativa. A investigação do Ministério Público foi aberta em julho, após a Gazeta do Povo ter revelado a contratação da Oficina da Notícia.

Fraude

O MP, na ação, afirma que comprovou uma fraude para a contratação da Oficina da Notícia. A irregularidade mais flagrante foi o fato de que Cláudia Queiroz era funcionária comissionada da Câmara quando participou da licitação — o que é proibido pela Lei de Licitações.

Além da participação irregular da empresa de Cláudia na disputa, os promotores elencam uma série de outras irregularidades e indícios de direcionamento da concorrência. "O procedimento licitatório não observou regras básicas de legalidade, publicidade, impessoalidade e critério objetivo de julgamento, em nítida fraude ao caráter competitivo (...), o que torna a licitação nula e, portanto, geradora de danos ao erário público", diz um trecho da ação.

Os promotores dizem na ação que a licitação não foi amplamente divulgada, como determina a lei. E que os critérios de julgamento dos vencedores foram subjetivos. "Não houve limites expressos aptos a determinar os critérios para distribuição de serviço e, conseqüentemente, distribuição da remuneração das agências contratadas", diz um trecho da ação. Além disso, para o MP, dois membros da comissão de licitação (Moreno e Borges) também eram incapacitados para fazer o julgamento dos critérios, pois não tinham conhecimento técnico de comunicação.

CONTINUA

Um dia antes, vereador recomendou arquivamento

Chico Marés

Um dia antes de o Ministério Público do Paraná (MP) pedir o bloqueio de bens e acusar João Cláudio Derosso por improbidade administrativa, o vereador Dirceu Moreira (PSL) recomendou que o Conselho de Ética da Câmara de Curitiba archive uma denúncia contra o presidente da Casa. O argumento foi "falta de provas".

Derosso havia sido denunciado ao conselho por suspeitas de irregularidades envolvendo a revista *Câmara em Ação*. A publicação, destinada à divulgação das atividades do Legislativo municipal, consumiu R\$ 18,3 milhões dos cofres públicos entre 2003 e 2010 — mas poucas pessoas viram edições impressas do material, o que levantou suspeitas. A revista era de responsabilidade da agência de publicidade Visão, que juntamente com a Oficina da Notícia (da mulher de Derosso) venceu a licitação de propaganda da Casa em 2006 (a Visão já havia vencido concorrência anterior).

Em um relatório, de apenas duas páginas, Dirceu Moreira admitiu que não fez diligências e que baseou suas investigações apenas nas notas fiscais apresentadas pela própria Câmara para recomendar o arquivamento da investigação. A decisão de arquivar a denúncia, porém, ainda tem de ser tomada pelos demais integrantes do Conselho de Ética.

O pedido de arquivamento revela o clima que a Câmara vive: existem investigações sobre o caso, mas todas parecem esbarrar na má vontade de alguns vereadores em dar andamento às investigações do caso. Além do Conselho de Ética, as suspeitas também são investigadas por uma CPI.

Tribunal de Contas

Paralelamente às investigações da Câmara e do MP, o Tribunal de Contas do Estado (TC) também abriu formalmente, em 31 de outubro, uma apuração do caso devido a indícios de 12 irregularidades nos contratos de publicidade da Casa. O trabalho só deve começar efetivamente na semana que vem.

O MP ainda diz que procedimento inicial da licitação foi demasiadamente rápido, o que levanta suspeitas. Somente no dia 30 de janeiro de 2006, o processo licitatório percorreu cinco setores da Câmara — algo incomum.

FALSIDADE IDEOLÓGICA

Cunhada é denunciada por crime

Renata Quelroz Gonçalves, cunhada do presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), foi denunciada pelo Ministério Público Estadual (MP) por crime de falsidade ideológica. Antes de ser contratada para trabalhar no gabinete de Derosso, no início deste ano, Renata assinou um documento em que declarava não ter parentes na Câmara. Ela, no entanto, é irmã de Cláudia Quelroz Guedes, mulher de Derosso. A denúncia de falsidade ideológica já foi recebida pela Justiça. Caso seja condenada, a cunhada de Derosso pode ficar presa por até cinco anos.

A contratação de Renata expõe ainda outra irregularidade cometida por Derosso à frente da presidência da Câmara — a de prática de nepotismo. Desde 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibe a contratação de parentes na administração pública. Com a contratação de Renata, Derosso estaria descumprindo a determinação do STF. O MP informou que o caso de nepotismo está sendo investigado e pode resultar em mais uma ação judicial contra Derosso. A *Gazeta do Povo* não conseguiu localizar Renata Quelroz para comentar o caso. (KK)

Em entrevista a site, advogado de Derosso nega irregularidades

A *Gazeta do Povo* procurou, por diversas vezes, o vereador João Cláudio Derosso para que ele comentasse as acusações do MP. Mas Derosso não atendeu o celular. Ao site G1, o advogado dele, Antônio Augusto Figueiredo Bastos, afirmou que iria se informar sobre a ação hoje. Mas assegurou que seu cliente não cometeu improbidade administrativa e irregularidades nos contratos.

A reportagem procurou ainda o advogado Marcelo Ciscato, que representa Cláudia Quelroz Guedes, mulher de Derosso. Por telefone, Ciscato afirmou que só comentaria a ação depois de ter ciência do teor da acusação. A *Gazeta do Povo* pediu ao advogado para falar com Cláudia a respeito do caso e ele pediu que retornasse a ligação mais tarde. No entanto, no horário marcado, Ciscato não atendeu o telefonema.

A *Gazeta do Povo* tentou ainda falar com os demais funcionários da Câmara citados na ação: Washington Luiz Moreno, Ailton Luiz Bonacif Borges, Maria Angélica Bellani Martins e Priscilla de Sá e Benevides Carneiro. Moreno, Borges e Maria Angélica não foram encontrados na Câmara. Já Priscilla atendeu o telefone e pediu para falar sobre o assunto "depois". Entretanto, a reportagem voltou a ligar para a jornalista mais tarde e ela não atendeu. (KK e CM)

GAZETA DO POVO

Promotor diz ter provas de outra ilegalidade na Câmara

18 NOV 2011

Servidor da Assembleia acumulava cargo no Legislativo municipal, o que é proibido. Quem o contratou foi Derosso. Responsabilidade dele está sendo investigada

Karlos Kohlbach

O Ministério Público do Paraná (MP) informou ter provas de mais irregularidades envolvendo a gestão do vereador João Cláudio Derosso (PSDB) na Câmara de Curitiba. A irregularidade comprovada é a contratação em 2005, pela presidência da Câmara, de um servidor que ocupava cargo na Assembleia Legislativa do Paraná. O acúmulo de dois cargos públicos é proibido pela Constituição Federal.

Os promotores ainda apuram qual foi a responsabilidade de Derosso na contratação desse servidor e de outros três funcionários da Assembleia para trabalhar na Câmara. Se for confirmado o envolvimento do tucano, o MP vai propor novas ações de improbidade administrativa contra ele.

O servidor que pode levar

Derosso a ser novamente acusado à Justiça pelo MP é João Leal de Mattos. Ele foi funcionário da presidência da Câmara de janeiro de 2005 a dezembro de 2006 — período em Derosso já comandava o Legislativo municipal. Na época, Mattos também era servidor da Assembleia. Na Câmara, ele recebeu cerca de R\$ 400 mil em salários. O MP investiga ainda a suspeita de que Mattos foi fantasma nas duas casas legislativas.

O promotor Paulo Ovídio dos Santos Lima, que cuida da investigação, afirmou que já há comprovação da irregularidade. "Já está comprovado que servidores da Assembleia mantinham cargos em comissão na Câmara. Isso é ilícito", disse Santos Lima. "Se for comprovada a responsabilidade do presidente da Câmara nas contratações, ele pode, em tese, ser alvo de nova acusação de improbidade."

Em julho, quando o caso foi revelado pela Gazeta do Povo, Derosso afirmou que Mattos era funcionário do gabinete do ex-vereador Éde Abib e que este, ao perder a eleição, pediu a Derosso que nomeasse o servidor. Éde Abib é irmão do ex-diretor geral da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho, acusado pelo MP de chefiar uma quadrilha que desviou pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres do Legislativo estadual. Segundo o MP,

Mattos fazia parte da quadrilha de Bibinho na Assembleia. Os dois foram denunciados por desvio de dinheiro público e formação de quadrilha, entre outros crimes.

Esfera cível

Derosso é investigado ainda na esfera cível no inquérito que apura a execução dos contratos da Câmara, no valor total de R\$ 33,9 milhões, com duas agências de publicidade: a Visão e a Oficina da Notícia, essa última cuja dona é Cláudia Queiroz Guedes, mulher do presidente da Casa. A promotora Danielle Gonçalves Thomé, que apura o caso, adiantou que há indícios de irregularidades. "O que estamos observando é que o trabalho que deveria ser feito pelas agências era realizado pela assessoria de imprensa da Câmara", afirmou.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 NOV 2011

ENTENDA O CASO

Relembre os principais acontecimentos do caso Derosso:

2006 – A Câmara de Curitiba contrata as agências de comunicação Oficina da Notícia e Visão para cuidar da publicidade da Casa. Cláudia Quelroz Guedes, proprietária da Oficina, era funcionária da Câmara durante a licitação, o que é irregular. Hoje ela é mulher do presidente da Casa, vereador João Cláudio Derosso (os dois dizem que na época não tinham relacionamento). As empresas, cujos proprietários prestavam favores profissionais e realizavam trabalhos em conjunto, foram as duas únicas a participar da concorrência. O contrato foi firmado para 24 meses – apesar de o edital dizer 12 meses.

2008 – Como o término dos contratos, a direção da Câmara decide prorrogá-los por mais um ano. Entretanto, nessa época, Cláudia já mantinha relacionamento afetivo com Derosso. Os contratos seriam prorrogados novamente em 2009, por mais dois anos.

Julho de 2011 – A Gazeta do Povo revela que o Tribunal de Contas (TC) investiga supostas irregularidades nos contratos de publicidade da Câmara. Uma representação contra Derosso é protocolada no Conselho de Ética da Casa pedindo a apuração dos fatos pelos vereadores.

Agosto de 2011 – Sob forte pressão popular, 36 dos 38 vereadores assinam um pedido de instalação de CPI. Surgem também denúncias a respeito da revista Câmara em Ação, produzido pela Visão. A revista custou R\$ 18,3 milhões aos cofres públicos, mas poucas pessoas viram exemplares da publicação.

Setembro de 2011 – O Conselho de Ética decide recomendar ao plenário da Câmara o afastamento de Derosso. Mas, para que isso ocorresse, uma subcomissão tem de elaborar uma resolução para ser votada em plenário. A resolução não foi apresentada até hoje.

Outubro de 2011 – O Tribunal de Contas encontra 12 suspeitas de irregularidades nos contratos de publicidade e autoriza uma investigação do caso.



João Leal de Mattos: personagem de escândalo na Assembleia Legislativa; também está envolvido em irregularidade na Câmara de Curitiba.

18 NOV 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Derosso 1

O arquivamento das denúncias contra Derosso é mais um final feliz para quem brinca com o dinheiro público (Gazeta, 17/11). Quantas acusações, afastamentos, mandatos ameaçados, discursos inflamados pedindo por justiça e punição. E o povo acreditando. Enquanto isso as conversas de bastidores vão traçando metas para mudar o rumo da prosa. E o fim todo mundo já conhece: tudo termina em pizza.

Dulcelina Aparecida Messias

Derosso 2

Ótima matéria sobre o caso Derosso. Para mim, ela demonstra dois fatos: a falta de comprometimento por parte dos vereadores em apurar as denúncias e a "fidelidade" partidária (política de nem levantar fumaça) perto dos períodos de eleição. Vergonha.

Franco Leandro Vilar de Oliveira

Derosso 3

O arquivamento das denúncias era evidente, visto que os aliados de Derosso é que estão mandando e desmandando na situação. Mais um caso político que irá acabar com certeza em pizza. Os eleitores paranaenses precisam ter consciência e marcar o nome dessas pessoas para que nas próximas eleições não sejam novamente eleitas. Os partidos de oposição devem também fazer a sua parte, assim como a mídia, na época das eleições e mostrar ao eleitores quem na verdade são as pessoas que estão tentando se eleger.

Jorge Majaski

18 NOV 2011

GAZETA DO POVO

IMPROBIDADE

Justiça bloqueia bens de filho do presidente da Assembleia

Sandro Moser

A Justiça bloqueou os bens do prefeito de Bituruna, Rodrigo Rossoni (PSDB), filho do presidente da Assembleia paranaense, Valdir Rossoni. Também foram bloqueados os bens do vice-prefeito, João Nhoatto (PSC), e do presidente da Câmara Municipal, Eduardo Conrado (PP), por indícios de improbidade administrativa na promoção de 39 professores municipais.

A liminar da juíza Leonor Bisolo Constantinopolos Severo, da Comarca de União da Vitória, acautou denúncia do Ministério Público do Paraná (MP), que alegou que o aumento salarial de 33% dado aos professores três meses antes da eleição suplementar de 3 de julho beneficiaram eleitoralmente Rossoni e Nhoatto.

Segundo a denúncia do MP, Conrado, quando estava interinamente no cargo de prefeito,

concedeu aumento de 33% nos salários de 39 professores. Além de revogar a promoção e o reajuste nos vencimentos, a liminar determina o bloqueio dos bens dos acusados visando resguardar o ressarcimento ao erário.

No início do mês, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) já havia cassado Rodrigo Rossoni e João Nhoatto por abuso do poder econômico na eleição municipal. Os dois permanecem no cargo beneficiados por um efeito suspensivo da sentença enquanto o TSE julga o recurso de defesa. De acordo com outra denúncia do MP, na campanha eleitoral, Rodrigo Rossoni abusou do poder econômico ao contratar 528 cabos eleitorais, o equivalente a 11,44% dos votos recebidos nas urnas, 4.614.

A reportagem procurou o prefeito de Bituruna para comentar a decisão da Justiça, mas Rodrigo Rossoni não foi localizado.

18 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Ampliação da RMC e Ficha Limpa estadual só dependem de Richa

Assembleia aprovou em definitivo a inclusão de 3 cidades na região metropolitana e a proibição de fichas-sujas em cargos comissionados. Para virar lei, falta sanção

Hueldes Lucas Garcia

■ O feriado da Proclamação da República, na terça-feira, encurtou os trabalhos da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Os deputados deixaram para ontem a aprovação em redação final de projetos como o que inclui os municípios de Campo Tenente, Piên e Rio Negro na região metropolitana de Curitiba (RMC) e o que proíbe a nomeação para cargos comissionados, nos três poderes estaduais, de pessoas com ficha suja na Justiça. As duas medidas seguem agora para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

Nos bastidores, porém, fontes do governo contam que o tucano pode barrar o primeiro projeto para evitar o "inchaço" da Grande Curitiba. O governador também teme que isso possa ocorrer em outras regiões metropolitanas no entorno de grandes cidades do Paraná e os custos que isso poderia gerar. Richa já teria comentado com interlocutores mais próximos

que somente o Executivo é que poderia propor uma lei para incluir novos municípios em regiões metropolitanas.

Uma das preocupações de Richa seria com a inclusão dos três municípios na rede integrada de transporte. Isso porque, com cidades mais distantes na RMC, o custo da tarifa tenderia a subir. Por outro lado, os defensores da medida afirmam que a inclusão na região metropolitana de Curitiba, que passaria a ter 29 cidades, daria aos municípios a possibilidade de receber mais recursos do governo federal — uma vez que a legislação é mais flexível quanto a repasses para cidades que integram regiões metropolitanas.

Já a proposta que passa a exigir a ficha limpa de pessoas que sejam nomeadas para cargos em comissão — de indicação política, que não exigem a necessidade de admissão por concurso público — no governo estadual, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e na Assembleia não deve enfrentar a resistência do governador. A proibição de ser nomeado para um cargo público valeria para os quatro anos seguintes a condenações judiciais ocorridas após a entrada em vigor da lei.

Fim da gratificação

Outro projeto aprovado em redação final ontem foi o que acaba com a gratificação paga ao presidente da Assembleia pelo exercício do cargo. Desde 1992, por meio de um decreto assinado pelo então presidente Aníbal Khury, o deputado que estivesse ocupando a presidência tinha direito a receber um adicional no mesmo valor da remuneração paga aos parlamentares. Como o salário de um deputado estadual é de R\$ 20 mil hoje, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), recebia mensalmente R\$ 40 mil desde fevereiro, quando assumiu o comando do Legislativo. O valor ultrapassava em quase 50% o teto permitido para a remuneração no funcionalismo público, que é de R\$ 26,7 mil.

Diante da repercussão negativa da irregularidade após reportagem publicada pela *Gazeta do Povo*, o tucano, que inicialmente havia dito que não pretendia abrir mão do benefício, devolveu os R\$ 160 mil recebidos pela gratificação e assinou o projeto que elimina o salário extra. O caso, porém, está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual (MP), por meio da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

GAZETA DO POVO

VOO 1907

Blogueiro terá de se retratar à viúva de vítima

18 NOV 2011

Fernanda Trisotto

Dois dos três desembargadores da 9.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná votaram pela condenação do jornalista norte-americano Joe Sharkey, do *The New York Times*, em uma ação por danos morais julgada ontem, em Curitiba. Sharkey era passageiro do jatinho Legacy que colidiu com o voo 1907 da Gol, em um acidente que deixou 154 pessoas mortas em 2006.


O jornalista está sendo processado por Rosane Gutjahr, que perdeu o marido na tragédia. Sharkey é acusado de usar um blog para fazer críticas pesadas ao povo brasileiro e por culpar as autoridades do país pela colisão dos aviões. Ele não compareceu ao julgamento e nem apresentou defesa, mas no blog disse que as alegações contra ele são falsas.

Apesar dos dois a zero, a sentença final não foi anunciada ontem porque o desembargador José Augusto Gomes Anticeto pediu vistas para analisar melhor o processo, adiando para dezembro o anúncio do seu voto. Votaram pela condenação os magistrados Sérgio Luiz Patitucci e Rosana Fachinn.

O advogado da autora do processo, Dante D'Aquino, esclarece que, mesmo com o pedido de vistas, o resultado não deve ser modificado porque já se tem a maioria dos votos. O jornalista deve ser condenado a fazer uma retratação pública ao povo brasileiro e a pagar uma indenização de R\$ 50 mil, retroativo a janeiro de 2008, acrescido de juros e correção monetária. O dinheiro será doado à Associação de Amigos do Hospital de Clínicas de Curitiba. "Essa condenação não é financeira, é moral. Isso nos acalenta um pouco", disse Rosane.

18 NOV 2011

GAZETA DO POVO

 Conferência Nacional
dos Advogados

Sociedade civil deveria escolher nomes do STF



Indicada para compor STF, Rosa Maria Candota: forma de escolha de ministros deveria ter maior participação dos brasileiros.

CONTINUA

Aprimoramento da forma de composição do Supremo é foco de painel do professor de Direito Constitucional Clèmerson Clève

Kamila Mendes Martins

A recente indicação da ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rosa Maria Weber Candiota para o Supremo Tribunal Federal (STF) pela presidente Dilma Rousseff é o gatilho do debate sobre a forma de composição do mais alto tribunal brasileiro. A discussão acontecerá na 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, que inicia no domingo, em Curitiba.

A forma como são escolhidos esses ministros será tratada no painel "Judiciário, Ministério Público e Democracia", do qual o advogado e professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Clèmerson Merlin Clève participa na quarta-feira.

Segundo ele, o Brasil adota o sistema norte-americano de seleção de membros da Suprema Corte, mas com algumas diferenças. Desde que as constituições brasileiras passaram a exigir notório saber jurídico do candidato, o Senado jamais recusou um nome que chegou até lá. Portanto, já é dada como certa a nomeação da ministra Rosa Maria. Nos Estados Unidos, a sabatina feita pelos senadores é tão importante que já houve casos de o próprio presidente rever sua indicação antes mesmo das sessões.

É sobre a melhoria desse processo que o professor Clève vai falar na conferência. "A pergunta é a seguinte: 'precisamos mudar nosso Supremo Tribunal Federal?' Em um mundo ideal, algumas medidas poderiam ser tomadas, como vedar o candidato que estivesse ocupando um cargo eletivo ou de livre nomeação nos três ou quatro anos anteriores à indicação. É o que acontece na Colômbia, por exemplo, que tem a melhor corte constitucional da

América Latina", conta o professor.

Segundo Clève, outras mudanças poderiam ser postas em prática. "Talvez fosse o caso de se estabelecer um mandato, ou mesmo dividir essa competência de escolha entre o Senado, a Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o próprio presidente da República. Talvez fosse o caso de rever a competência do STF para que ele apenas decidisse questões estritamente constitucionais."

O problema, segundo o professor, é que qualquer uma dessas mudanças teria de ser feita por reforma constitucional. Porém, ele é um grande crítico dessas profusões de emendas existentes no país. De acordo com Clève, as reformas operam como um fator de erosão da efetividade da Constituição. "No caso do Brasil, eu prefiro não haver reforma constitucional para alterar os critérios de investidura dos nossos ministros do Supremo Tribunal Federal."

Portanto, resta aprimorar o sistema atual — que funciona muito bem nos Estados Unidos. Para que isso ocorra, segundo as propostas de Clève, o primeiro passo é exigir transparência na análise dos currículos dos próximos indicados. Uma vez o nome no Senado, que seja dado um tempo para que a sociedade civil e o meio acadêmico se manifestem a respeito dele. "Devemos aprimorar esse modelo com mais participação da sociedade civil e com a exigência de que o Senado Federal definitivamente cumpra seu papel, questionando o indicado sobre o que pensa sobre os mais diversos temas. A importância da STF depois da Constituição de 1988 é muito maior do que antes. A sociedade civil vem descobrindo que a composição da Suprema Corte pode trazer alterações importantes na compreensão da Constituição", analisa o professor.

SERVIÇO

A Conferência ocorre no Centro de Convenções ExpoUnives (Universidade Positivo, Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300, Campo Comprido - Curitiba) entre 20 e 24 de novembro. As inscrições custam: R\$ 150 estudantes e R\$ 350 para advogados e outros interessados. Será ofertado certificado de participação com carga horária de 50 horas. Informações pelo <http://conferencia.oab.org.br>

O trabalho do advogado ultrapassa esfera privada

Advogado e ex-presidente da OAB nacional, o paranaense Roberto Busato defende que a atuação do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público (MP) e da Ordem dos Advogados do Brasil têm papel fundamental para a manutenção da paridade entre advogados, magistrados e membros do MP.

Busato, que vai falar na Conferência Nacional dos Advogados sobre esse equilíbrio entre advocacia, MP e magistratura, afirma que é necessário que haja uma relação harmoniosa entre esses três atores. "Ao contrário da maioria dos países, no Brasil a advocacia foi alçada ao nível constitucional, quando inseriu no art. 131 que o advogado é indispensável à administração da Justiça", diz. Segundo ele, isso eleva a advocacia para muito além de uma profissão privada e lhe dá atributos de *minus* público, ou seja, é uma profissão que deve assegurar e exigir firmemente o indispensável respeito aos direitos dos cidadãos.

Por isso, o advogado possui prerrogativas previstas em lei que devem ser respeitadas por toda a sociedade, o que significa incluir todos os operadores do direito. E a atuação da OAB e dos conselhos é fundamental para fiscalizar e punir os membros que desrespeitam as prerrogativas de advogados, magistrados, promotores e procuradores. "A Lei Federal 8.906, de 1994, diz que o advogado deve proceder de forma que o torne merecedor de respeito e que no exercício de sua profissão, deve manter independência em qualquer circunstância", diz.

CONTINUA

POLEMICA

Jorge Hélio Chaves, advogado, conselheiro do CNJ, representante da OAB, e professor de Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza.



O painel da manhã de quarta-feira vai ser polêmico. A palestra de Jorge Hélio Chaves de Oliveira promete colocar mais lenha na fogueira do debate sobre as competências do CNJ. Leia a seguir o que ele adiantou para a **Gazeta do Povo** sobre o que vai expor na conferência.

Quais os desafios políticos e jurídicos do CNJ?

Um deles é decidir a fronteira entre a atuação administrativa e a jurisdicional dos juízes e dos tribunais. Não podemos controlar a atuação jurisdicional, mas existe uma fronteira cinzenta e defendo que o CNJ atue nessa fronteira.

Qual é essa fronteira?

Defendo que, se o tribunal ou o juiz praticarem um ato proibido pela Loman [Lei Orgânica da Magistratura Nacional], essa sentença possa ser reformada pelo CNJ. Por exemplo, o juiz tomou uma decisão, mas é acusado de ter vendido essa sentença. Mesmo tendo atuado na esfera jurisdicional, está incorrendo em algum ato que ofende os deveres funcionais que a Loman impõe. Acho que nessa fronteira o CNJ pode atuar: o juiz tomou uma decisão, mas não poderia ter tomado. Desde que esteja na fronteira cinzenta entre

a atuação jurisdicional e a atuação administrativa, o CNJ pode avançar até aí.

O que mais o senhor propõe?

Também acho que as ações propostas contra o CNJ e seus conselheiros devam ser julgadas pelo STF. Nesse sentido, acho que eles devem ter foro por prerrogativa de função. Além disso, defendo que o CNJ no exercício do seu mister possa afastar a incidência de alguma lei por ser inconstitucional. Pode exercer controle de constitucionalidade de lei no caso concreto.

Mas isso não seria interferir na esfera de atuação do STF?

Não, porque o próprio STF tem uma súmula que se aplica ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo e de natureza administrativa. É a súmula 347, que diz que o TCU pode exercer o controle de constitucionalidade de lei ou de ato normativo para o caso concreto.

Como o senhor vê o debate sobre quem deve fiscalizar e investigar os juízes?

Não tem o menor cabimento essa invenção de princípio da subsidiariedade, de fazer com que o CNJ só possa agir na inércia ou depois. O CNJ não foi criado para ser babá de corregedoria, elas sabem o que têm de ser feitas. Se não fazem, o CNJ tem de fazer. Eu defendo o que leio na Constituição Federal, que é a competência concorrente do CNJ para fiscalizar a atuação dos juízes. (KMM)

PROGRAMAÇÃO

As palestras sobre Judiciário, Ministério Público e Democracia acontecem no dia 23, no auditório 4, às 8h30:

- ▶ O Quinto Constitucional como Instrumento de Participação da Sociedade na Composição dos Tribunais.
- ▶ Os Desafios Políticos e Jurídicos do CNJ.
- ▶ Mandato para os Tribunais Superiores e Forma de Escolha para o STF.
- ▶ Advocacia, Magistratura e Ministério Público – Equilíbrio Necessário.
- ▶ O Controle Externo do Ministério Público: Análise da Atuação do CNMP.
- ▶ O Controle Externo do Judiciário: Análise da Atuação do CNJ.

REJEITADOS

Veja dois exemplos de indicações de ministros não aprovadas pelo Senado norte-americano.

2005

- ▶ Harriet Miers, advogada indicada pelo presidente George W. Bush. Harriet era a consultora jurídica de Bush, mas teve forte rejeição inclusive por parte de senadores republicanos (do partido de Bush). Ela mesma pediu que o presidente retirasse a sua indicação.

1987

- ▶ Robert Bork, indicado pelo presidente Ronald Reagan. Bork, importante juiz e professor de Direito Constitucional, foi indicado pelo presidente para a Suprema Corte norte-americana, mas, devido ao seu posicionamento mais à direita, teve forte rejeição da sociedade à época.

Seleção

Hoje o processo de escolha dos ministros do STF é muito simples e segue o modelo republicano norte-americano: o presidente da República indica um nome, o Senado faz uma sabatina e o aprova ou não. Contudo há grandes diferenças entre os países no rigor do *modus operandi* dessa seleção.

18 NOV 2011

GAZETA DO POVO

INVESTIGAÇÃO

Denúncia anônima vale, decide STJ

■ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) anunciou ontem, o reconhecimento do valor da denúncia anônima para iniciar uma investigação, desde que acompanhada por outros elementos para embasar a abertura do inquérito.

A Quinta Turma do STJ negou habeas corpus a um fiscal preso durante a operação Propina S/A, realizada pelo Ministério Público estadual em 2007, no Rio. O esquema, segundo o MP, enviou para o exterior US\$ 33 milhões.

O relator do caso, ministro Jorge Mussi, entende que é admissível a denúncia anônima para dar início à investigação, quando complementada por outros elementos de prova. O fiscal é acusado de formação de quadrilha e crime funcional contra a ordem tributária. Toda a investigação teve início com um e-mail anônimo encaminhado à Ouvidoria Geral do MP estadual.

DISCUSSÃO

UTP promove curso sobre Recursos

■ Acontece na próxima segunda-feira o curso "Recurso Especial e Recurso Extraordinário no âmbito criminal", com o professor e advogado Francisco Monteiro da Rocha Jr. Realizado na Universidade Tuiuti do Paraná, o curso tem início às 19 h, com o número de inscrições restrito a 120 vagas.

Autor do livro *Recurso Especial e Recurso Extraordinário Criminais*, pela Lumen Juris Editora, primeira obra exclusivamente sobre o tema no país, Rocha Jr. irá falar sobre essas peças processuais restritas aos Tribunais Superiores: são as características, diferenças, requisitos, prazos e os procedimentos de confecção dos recursos. "Os operadores do direito na área criminal têm tido um grande lapso na formação devido à exiguidade de referências e fontes bibliográficas sobre o tema", diz o advogado.

JULGAMENTO

Evento terá casos de futebol

■ A programação oficial da 21.ª Conferência Nacional dos Advogados — Liberdade, Democracia e Meio Ambiente, que será realizada em Curitiba de 20 a 24 de novembro, inclui uma sessão de julgamento do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) de Futebol. Os nove auditores do STJD confirmaram presença na sessão, que vai acontecer no dia 22 de novembro, para apreciação de casos reais. Há a expectativa de que processos que tramitam no tribunal referentes ao esporte no Paraná possam ser julgados nesta sessão. "Vai ser a primeira vez na história do STJD que teremos uma sessão fora do eixo Rio-São Paulo", adianta o advogado e presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB Paraná, Alexandre Hellender de Quadros, um dos auditores do pleno no STJD, indicado pelo Conselho Federal da OAB.

18 NOV 2011

GAZETA DO POVO

 **MISSA DE 7º DIA** 

Marília e José Antonio, Luiz Fernando e Sandra,
João Antonio e Marcia, Lella, netos e bisnetos de

LÉLIA GOMES BRAGA
(Viúva do Des. Marino Braga)

Agradecem as manifestações de pesar e convidam para a
Missa de 7º Dia, que será celebrada no dia 19 de novembro de 2011
(sábado), às 18 horas, na Igreja São Pio X, situada na
Rua Hermes Fontes, 1073 - Seminário.



JORNAL DO ESTADO

FÁBIO CAMARGO

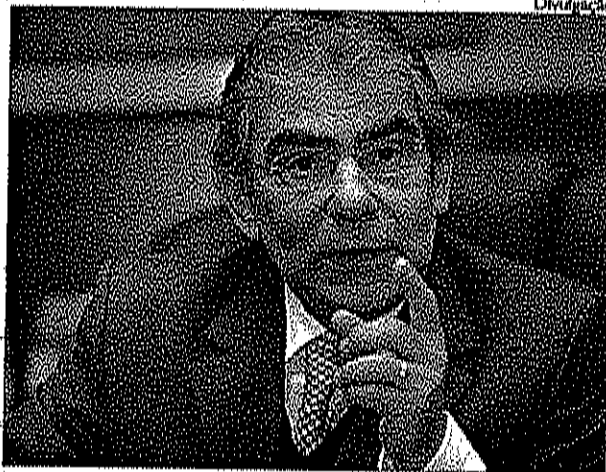
18 NOV 2011

Encontro de juristas

A partir de domingo Curitiba será sede de um dos eventos mais importantes do ano. Durante cinco dias (20 a 24), a classe jurídica brasileira se reúne na cidade para a XXI Conferência Nacional dos Advogados: Liberdade, Democracia e Meio Ambiente. A expectativa é de cerca de seis mil inscritos participando dos eventos com a participação do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, ministros do STF (Superior Tribunal Federal) e ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e advogados renomados.

Liberdade

Um dos painéis que deve chamar mais atenção é o que discutirá Direito de Liberdade. Entre as questões propostas está a relação da liberdade de expressão da imprensa com a intervenção do estado. O ministro do STF **Carlos Ayres Britto** será o conferencista. O tema levanta discussões apaixonadas até hoje em dia na plena democracia brasileira.



Divulgação



Franklin de Freitas

Organização

A conferência vem sendo organizada há tempos pela OAB-PR e parceiros. O presidente da seccional da OAB, no Paraná, **José Lúcio Glomb**, mostrou-se seguro e confiante de que o evento será de grande proveito para a sociedade e servirá de exemplo para as próximas conferências que virão.

Golpe na Hipocrisia

Um duro golpe na onda hipócrita, principalmente com demagogia e a pitada de radicalismo que adora sobrepor aos direitos individuais e universais, presentes na nossa carta Magna! O resultado está em uma decisão judicial expedida pelo tribunal de justiça do Paraná, que restabelece o bom senso contestando e derrubando uma vontade de alguns vereadores do município de Cornélio Procopio que pretendia usurpar uma atribuição exclusiva da união. A intenção era proibir a publicidade e a exposição de produtos do tabaco nos estabelecimentos comerciais.

União das classes

Infelizmente a imprensa divulgou como se fosse fato consumado, mas por sorte existem a união das entidades de classe que combatem em conjunto as anomalias legislativas de alguns parlamentos, capitaneadas por legisladores que só pensam no malfático e não nos verdadeiros cidadãos que deveriam representar. O direito a saúde é importante, mas não ao custo do preconceito e da liberdade! Parabéns aos colegas do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Londrina, Cornélio Procopio e Região que foi autor da ação que derrubou a demagogia.

18 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

Condenado

Com o voto favorável de dois dos três desembargadores da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, o jornalista norte-americano Joe Sharkey deve ser condenado a uma retratação pública de supostas ofensas que teria proferido contra o Brasil em um blog que mantém na internet. O jornalista ainda terá que pagar indenização de R\$ 50 mil, com valores corrigidos a partir de 2008, quando foi postada a primeira publicação considerada ofensiva. Sharkey estava no jato Legacy que se chocou contra um Boeing da Gol em 2006, que levou à morte 154 pessoas. A sentença ainda não foi homologada pelo TJ, em razão de o terceiro julgador, desembargador José Augusto Aniceto, ter pedido vistas ao processo.

Dia do Notário e Registrador

Neste dia 18 de novembro o Brasil comemora o Dia Nacional do Notário e do Registrador. Fruto da Lei nº 11.630, sancionada pelo presidente Lula em 26 de dezembro de 2007, a data tem como objetivo valorizar a classe, bem como conscientizar a população sobre a importância do trabalho desses profissionais do Direito. Isso porque os notários e registradores cumprem um importante papel social, na medida em que exercem a tutela administrativa dos interesses privados. São eles os responsáveis por garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia nos negócios e nos atos jurídicos do cidadão.

Trata-se de profissionais aprovados por meio de concurso público de provas e títulos que ficam com a responsabilidade de prestar os serviços à população com a fiscalização do Tribunal de Justiça estadual. Dotados de fé pública, a eles compete formalizar juridicamente a vontade das partes, intervir nos atos e negócios jurídicos a que os interessados devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo e autenticar fatos.

No Brasil, a palavra cartório designa diversas competências, que incluem o registro civil de pessoas físicas e jurídicas, o registro de imóveis, o registro de títulos e documentos, o tabelionato de notas, os escritórios de protesto de títulos – os chamados cartórios extrajudiciais – e também os judiciais onde tramitam os processos dos fóruns.

A ampla gama de serviços oferecidos pelos cartórios extrajudiciais faz parte do dia a dia das pessoas e vai desde as certidões de nascimento, registro de imóveis, procurações, reconhecimento de firmas e autenticações até serviços ainda pouco conhecidos do cidadão como a escritura pública dispositiva de direitos do corpo, da personalidade e gestão patrimonial. Os serviços são prestados nos dias e horários estabelecidos e visam atender as peculiaridades locais, em locais de fácil acesso ao público e que ofereçam segurança para o arquivamento de livros e documentos.

Modelo de qualidade, transparência e segurança jurídica, o sistema notarial e de registro brasileiro é exemplo para o mundo, sendo reconhecido internacionalmente pela sua organização. Países do Leste Europeu, Ásia e América Latina adotaram o já testado e aprovado sistema brasileiro como modelo para a remodelação dos seus serviços. Todos os países da ex-União Soviética, inclusive, privatizaram seus serviços como exigência da Comunidade Européia. Mesmo a China já está criando a profissão do tabelião como profissional autônomo, a exemplo do Brasil.

Isso porque, a busca pela eficiência e adequação dos serviços notariais e de registro pressupõe que sejam geridos em caráter privado. Pois para estes vale a pena investir no cartório para que o empreendimento seja sustentável e eficiente, já que é o seu titular que tem a responsabilidade civil e econômica de garantir a segurança jurídica dos serviços prestados.

É por isso que os cartórios lideram a confiança dos brasileiros na comparação com outras instituições do país, de acordo com uma pesquisa realizada pela Datafolha. Os cartórios e os cartórios receberam as melhores avaliações, com médias 8,2 e 8,1, respectivamente, no quesito "confiança e credibilidade" em comparação com outras instituições como empresas, igrejas, ministério público, polícia, justiça, poder legislativo e governos. Notário e registrador, comemore com orgulho o seu dia!

Robert Jonczyk é presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR)

JORNAL DO ESTADO

MP QUER TIRAR

DEROSSO

18 NOV 2011

do comando da Câmara

Ivan Santos

O Ministério Público propôs ontem ação civil pública por improbidade administrativa contra o atual presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (PSDB). O MP sustenta que Derosso foi responsável pela licitação e contratação irregulares de uma agência de publicidade Oficina da Notícia, que tinha como proprietária a jornalista Cláudia Queiroz, sua atual esposa. Na época da licitação, em fevereiro de 2006, Cláudia ocupava cargo de confiança na Câmara. Ela só deixou o cargo em abril de 2006, quando a agência venceu a concorrência. Por lei, servidores públicos não podem participar de licitações para contratação em órgãos onde trabalham.

Na ação, os promotores pedem, em caráter liminar, à Justiça, o afastamento de Derosso do cargo de presidente do Legislativo municipal, e o bloqueio dos bens do tucano no valor de R\$ 6 milhões para garantir o ressarcimento dos cofres públicos. O contrato entre a Câmara e a Oficina da Notícia totalizou R\$ 5,1 milhões, incluindo os aditivos que o prorrogaram em 2008 e 2009. O afastamento, de acordo com o MP, evitaria que Derosso continue exercendo as funções pelas quais é investigado, e também que ele pudesse prejudicar a apuração, pressionando eventuais testemunhas.

Segundo o MP, a eventual condenação do vereador pode implicar em punições como a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução dos valores gastos indevidamente, proibição de contratar com o poder público e multa. A ação também aponta como co-responsáveis os servidores da Câmara Washington Luiz Moreno, Airton Luiz Bonacif Borges, Maria Angélica Bellani Martins e Priscilla de Sá e Benevides Carneiro, que integraram a comissão de licitação da Casa. Os promotores de Justiça Danielle Gonçalves Thomé e Paulo Ovídio dos Santos Lima, responsáveis pela ação, destacam que a apresentação da medida não encerra as investigações a respeito de notícias de irregularidades envolvendo o vereador e os contratos firmados entre a Câmara e a Oficina da Notícia.

O MP questiona ainda o fato do edital de licitação ter sido publicado apenas no Diário Oficial do município e no jornal Diário Popular, e não no Diário Oficial do Estado, como mandaria a lei. O fato de outras empresas não terem participado da concorrência, na avaliação dos promotores, indicaria que houve "ausência de vontade da administração da Câmara em trazer a público o edital, ao que parece objetivando satisfazer interesses particulares".

De acordo com a ação, o edital de licitação para a contratação de uma empresa de publicidade foi autorizado no dia 30 de janeiro de 2006 e foi

"publicado tão somente no Diário Oficial do Município e no Jornal Diário Popular, ambos em data de 23 de fevereiro de 2006, não havendo publicação no Diário Oficial do Estado", como estabelece a lei.

Defesa - Em sua defesa no Conselho de Ética da Câmara, Derosso alegou que a lei orgânica do município não impedia a participação de empresa de propriedade de servidor em licitação da Câmara, e que na época ele e a jornalista não mantinham relacionamento. O vereador justificou ainda que a prorrogação dos contratos, quando os dois tinham esse relacionamento, em 2008 e 2009, atendia o interesse da Casa ao garantir a não interrupção do serviço.

Em depoimento na última segunda-feira, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o caso, Cláudia Queiroz alegou que a prorrogação dos contratos foi autorizada por parecer da procuradoria jurídica do Legislativo. A ação do MP coloca sob pressão os vereadores da base de situação aliados de Derosso, que até agora têm manobrado para proteger a investigação. Na última quarta-feira, os vereadores Valdemir Soares (PRB) e Zezinho do Sabará (PSB), não apresentaram parecer sobre qual punição o tucano deve sofrer, dando a entender que isso só deve acontecer em 2012.

JORNAL DO ESTADO

ÉTICA

Denúncia arquivada

18 NOV 2011

O relator do parecer no Conselho de Ética da Câmara Municipal, vereador **Dircêu Moreira**, indicou o arquivamento das denúncias sobre o informativo da Câmara em Ação porque avaliou que não existem provas de que a publicação era fantasma. Entre outros apontamentos, Moreira citou a existência de exemplares do Câmara em Ação no Departamento de Administração e Finanças do legislativo municipal. A decisão foi tomada depois da prestação de contas sobre o informativo.



Vereadores na berlinda

O anúncio da ação do Ministério Público pedindo o afastamento do presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), sob a acusação de improbidade pela contratação irregular da agência de publicidade Oficina da Notícia, de propriedade de sua atual esposa, a jornalista Cláudia Queiroz — que, na época da licitação, em 2006, ocupava cargo de confiança na Casa —, coloca ainda mais lenha na fogueira da crise no Legislativo da Capital. E, por tabela, escancarou a leniência dos demais vereadores curitibanos, que após meses de surgimento das denúncias só fizeram manobrar para tentar abafar o caso e protelar as investigações e as sanções contra o colega. Foi preciso que um órgão externo agisse, já que fica cada vez mais evidente a incapacidade e o desinteresse dos parlamentares em fiscalizar e punir os desvios cometidos na instituição.

EM BAIXA

Protegido a todo custo por seus pares, o presidente da Câmara Municipal **JOÃO CLAUDIO DEROSSO** não conseguiu escapar da ação do Ministério Público. Enquanto os vereadores fazem corpo mole, os promotores trataram agir, pedindo o afastamento do tucano por conta da contratação irregular de agência de publicidade de propriedade de uma então servidora da Casa. Agora, ele terá que responder pelo caso na Justiça.

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Presas dizem ter dado à luz algemadas

Folha obtém relatos exclusivos de gestantes que, mesmo em seu momento mais vulnerável, são mantidas de mãos atadas

Pastoral Carcerária recebeu nos últimos meses relatos de pelo menos seis casos ocorridos na capital

ELIANE TRINDADE
DE SÃO PAULO

E.R., 28, foi presa quando estava no sétimo mês de gestação. Cumpria pena de 12 anos de prisão no Centro Hospitalar Penitenciário, uma das unidades que funcionam no antigo Complexo do Carandiru, quando sentiu as primeiras contrações.

Escortada até o Hospital de Vila Penteado, na zona norte de São Paulo, ela foi submetida a uma cesariana.

"Algemaram meus pés no aparelho ginecológico", relata E., em depoimento obtido com exclusividade pela **Folha**. "Tiveram que fazer cesárea, mas a médica não pediu para retirar as algemas."

A prática de manter parturientes algemadas durante o parto foi confirmada à **Folha** em pelo menos dois hospitais públicos de São Paulo.

"Dá pena ver a mulher chegar algemada com aquele barrigão bem na hora do parto", diz uma voluntária que trabalha no Hospital de Vila Penteado há seis anos e pede para não ser identificada.

"Se a presidiária é boazinha, às vezes os PMs tiram as algemas. Já as mais nervosas ficam presas até na sala de parto", diz um funcionário do Hospital Geral de Taipas, também na zona norte.

POSIÇÃO DE PARTO

Foi na maternidade de Taipas que P.O., 32, deu a luz ao sexto filho. O parto foi normal. A caçula veio ao mundo com a mãe presa à maca por uma corrente um dos pés e com as mãos algemadas.

"Minha perna estava inchada. Fiquei com uma levantada, mas não dava para ficar na posição de parto", diz a presa, ao relatar que a filha foi levada para um abrigo logo depois e dada em adoção.

O relato faz parte do documentário "Mães do Cárcere", produzido por advogadas da Pastoral Carcerária para debater questões relativas à maternidade no sistema prisional.

O filme de 17 minutos foi exibido em agosto durante um seminário no Tribunal de Justiça de São Paulo.

O secretário de Administração Penitenciária do Estado, Lourival Gomes, afirma desconhecer o uso de algemas no parto. "Não acredito nisso. É um absurdo."

'PACIENTES'

Pela proximidade da Penitenciária Feminina de Sant'Anna, os hospitais de Vila Penteado e de Taipas estão entre as unidades públicas de saúde que mais recebem presas em trabalho de parto.

Também nas proximidades, o Complexo Hospitalar do Mandaqui é outra estrutura que realiza partos de presidiárias. Ali, no entanto, elas não são algemadas.

"Aqui, não são presas, são pacientes", afirma a diretora do hospital, Magali Proença.

A **Folha** constatou que na maternidade do Mandaqui os médicos exigem a retirada das algemas no atendimento às parturientes. Em Taipas, P.A. diz que o obstetra exigiu que ela ficasse algemada.

DENÚNCIAS

A Pastoral Carcerária recebeu nos últimos meses relatos de que pelo menos seis presas permaneceram algemadas durante o parto.

Voluntária no atendimento às presas de Sant'Anna, a advogada Thaisa Oliveira colheu as primeiras denúncias.

"É estarrecedor que alguém imagine uma fuga mirabolante de uma presa durante o parto, momento de total vulnerabilidade", afirma. "É estarrecedor também que agentes da saúde se recusem a realizar o parto até que as algemas sejam colocadas."

As presas prestes a dar à luz são escoltadas durante todo o atendimento por uma agente penitenciária e por policiais militares.

“Algemaram meus pés no aparelho ginecológico”

E.
presidiária que deu à luz no Hospital Vila Penteado

Minha perna estava inchada. Fiquei com uma levantada, mas não dava para ficar na posição de parto

P.
presidiária que deu à luz na maternidade de Taipas

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 18 NOV 2011

Prática desrespeita tratados internacionais

O Núcleo da Situação Carcerária da Defensoria Pública abriu no dia 4 procedimento para apurar as denúncias do uso de algemas no parto de presas em São Paulo.

Por meio de ofícios, os defensores Patrick Cacicedo e Danilo Miyazaki pediram esclarecimentos sobre a prática às secretarias de Administração Penitenciária, de Segurança Pública e da Saúde.

Cacicedo faz trabalho de campo para checar as denúncias

recebidas pela Pastoral Carcerária. Serão ouvidas cerca de 60 presas que estão na ala de amamentação do Centro Hospitalar Penitenciário.

"A maioria conta ter ficado algemada durante o parto", afirma o defensor.

Não há regulamentação clara sobre o uso de algemas.

Uma súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal diz que a utilização deve ser excepcional e fundamentada.

A prática viola tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é

signatário. Entre eles, a Convenção contra a Tortura.

No final de 2010, o Brasil participou da elaboração das "Regras Mínimas da ONU para Tratamento da Mulher Presa", na qual é vedado o uso de qualquer instrumento de contenção no trabalho de parto, no parto e imediatamente após o nascimento.

"É para humilhar. Não há justificativa. Nem tem como uma mulher com dores representar risco", diz Fernanda Balera, que produziu o documentário "Mães do Cárcere".

SITUAÇÃO DAS MULHERES PRESAS No Estado de São Paulo

12 mil*

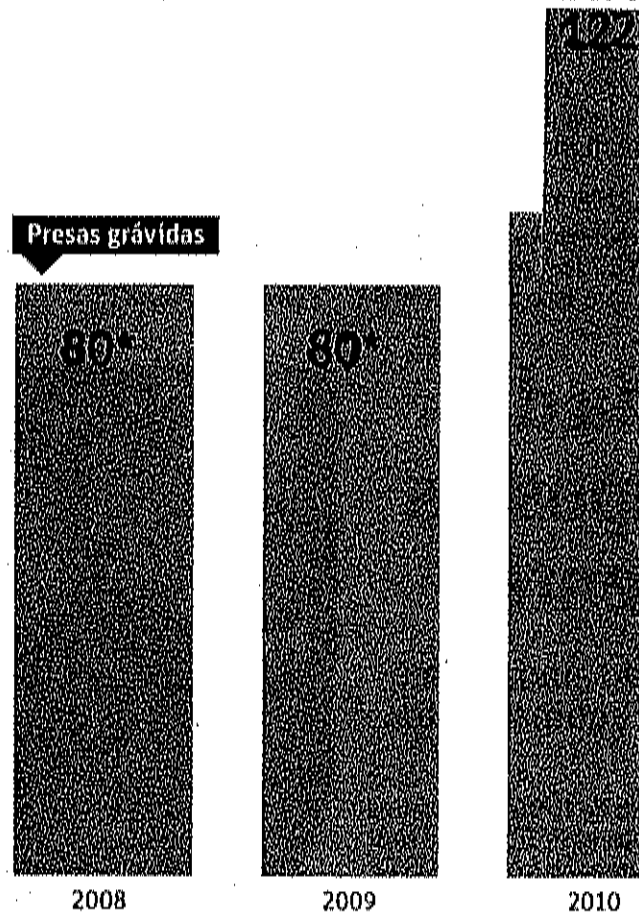
é número de mulheres presas no Estado

13

é número de estabelecimentos penais femininos

99

era o número de presas grávidas até agosto deste ano



CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Secretário questiona depoimentos

18 NOV 2011

O secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, afirma que os relatos de presas submetidas a parto usando algemas devem ser vistos com cautela.

“É o que diz uma presa em um universo de 12 mil mulheres”, diz, fazendo referência ao número total de presidiárias no Estado de São Paulo.

Ao ser questionado sobre o depoimento de uma detenta de Sant’Anna no documentário “Mães do Cárcere”, o secretário argumentou que “não se sabe qual o objetivo dela ao denunciar”. “Talvez seja de revolta. O fato não é verdadeiro”, afirma ele.

Até agosto, o governo contabilizou 99 gestantes dentro do sistema este ano. Na capital, cerca de 60 mulheres estão atualmente numa ala de amamentação improvisada no Centro Hospitalar Penitenciário, próximo ao Presídio Feminino de Sant’Anna.

Segundo o secretário, a gestante presa recebem assistência total. “É como se ela estivesse na rua. Tem todo o tratamento necessário. Melhor até do que o que muitas recebem lá fora”, afirma.

Gomes cita o caso do Presídio Feminino 2 de Tremembé, uma das duas unidades inauguradas neste ano. O presídio abriga 573 mulheres e conta com creche e uma ala para amamentação, onde estão 15 mães com seus bebês.

“Damos roupinhas, xampu de qualidade, fraldas e alimentação em dobro para a mãe”, afirma Márcia Regina Soler Romero, diretora técnica de Tremembé.

Os espaços são decorados como motivos infantis e cada mãe dispõe de uma cela para cuidar do seu filho durante os seis meses autorizados para a amamentação.

Segundo a diretora, o parto também é humanizado. “Não tem porque algemar uma mulher sentindo dor.”

Ao longo de sua experiência, o secretário diz que viu casos de mulheres que aproveitam a hora do parto para fugir. “Graças a Deus, nós não temos fuga há muito tempo.”

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Adiado julgamento de jornalista que fez críticas ao Brasil

DE CURITIBA - O julgamento do jornalista americano Joe Sharkey, que escreve para o "New York Times" e é acusado de ter ofendido brasileiros em seu blog, foi adiado ontem pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Sharkey era um dos passageiros do Legacy que se chocou contra o voo 1907 da Gol, em 2006, matando 154 pessoas. O jornalista chamou o espaço aéreo brasileiro de "zona". Sharkey está sendo processado por danos morais por uma viúva do acidente.

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Resort

Na reportagem "Seguradoras bancam evento para cúpula da Justiça em resort" (**Poder**, 14/11), a **Folha** cita evento promovido pela Anamatra e confunde o leitor ao dizer que "o luxuoso encontro foi patrocinado por empresas públicas e privadas".

Todos os 320 juízes "e seus acompanhantes" pagaram a viagem, a hospedagem e a taxa de inscrição do evento.

Não há como falar de desvio de conduta dos magistrados, mas, estranhamente, o presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) critica a situação, mesmo a poucos dias de promover evento patrocinado com recursos públicos e privados, oriundos da Petrobras, do Banco do Brasil, do governo do Paraná, da Itaipu Binacional, do Sanepar, da OAS, da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), da Oi, da TAM, da Chevrolet e da Copel, entre outros, com a presença de inúmeros agentes públicos, inclusive a ministra Eliana Calmon.

A imagem da Justiça se fortalece também quando os direitos dos membros do Judiciário são respeitados. Lamentavelmente, há quem não pense assim.

RENATO SANT'ANNA, presidente da Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Brasília, DF)

RESPOSTA DO JORNALISTA FREDERICO VASCONCELOS - Embora os juízes do Trabalho tenham pago suas despesas e a de seus familiares, o evento da Anamatra recebeu patrocínio de empresas públicas e privadas no valor de R\$ 180 mil.

FOLHA DE S. PAULO

Roupa suja 18 NOV 2011

O escritor Victor Hugo contava, num de seus poemas, que certo patriarca dos tempos antigos vestia-se apenas "de linho branco e proba candidez". Comuns na Assembleia Legislativa de São Paulo, os ternos em tons mostarda, contrastando com camisas roxas e gravatas esmeralda, já seriam, por si sós, agressões notáveis a padrões tão límpidos de gosto.

Mas o fato de que provenham do bolso alheio — a saber, do contribuinte — os recursos para comprá-los constitui, sem dúvida, o aspecto decisivo de toda a aberração.

Em tese, caberia, portanto, comemorar a notícia de que foi suspenso o chamado auxílio-paletó, que engorda em R\$ 40 mil por ano o rendimento dos 94 deputados estaduais paulistas — numa despesa total de R\$ 3,8 milhões.

Cumprir moderar, todavia, as reações a essa vitória da austeridade civil. A decisão não partiu da própria Assembleia Legislativa. A mordomia foi interrompida por força de decisão judicial, depois de uma ação movida pelo Ministério Público.

Ou seja, se os deputados estaduais, oficialmente representantes eleitos da população, deixam

de se beneficiar do generoso provento, isso se deve ao fato de que promotores públicos — a quem cabe, no sistema judicial, o papel de defensores da sociedade — tomaram a iniciativa de contestar a prática estabelecida.

Defensores da sociedade abrem ação contra representantes do eleitorado: não deixa de haver ironia no caso, que teve até agora bom desfecho. Note-se, entretanto — e talvez haja aqui um segundo motivo para reduzir as expectativas em torno da decisão —, que o principal argumento para extinguir a ajuda é de ordem formal.

O que determinou a suspensão foi o fato de que, em vez de constituir-se em compensações monetárias pelas despesas feitas com o vestuário, o pagamento é automaticamente adiantado em duas parcelas anuais — tornando-se, assim, um abono salarial disfarçado.

Como a decisão pelo fim do auxílio possui apenas caráter liminar, continuará a esticar-se na Justiça, provavelmente, a luta dos deputados para mantê-lo. Afinal, seria demais esperar da Assembleia — ou ao menos de boa parte de seus integrantes — que se dispusesse a lavar sua própria roupa suja.

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

? Sem verbas, deputado afirma que terá de 'barganhar' ternos

O deputado estadual Luiz Carlos Gondim (PPS) disse ontem que vai apelar à "barganha" para comprar ternos após a Justiça ter suspenso o chamado "auxílio-paletó" aos legisladores paulistas.

Pela regra, cada deputado recebia, duas vezes ao ano, R\$ 20 mil de ajuda de custo. "Você tem que procurar agora barganhar as coisas mais em conta, concorda comigo?"

Historicamente o benefício surgiu com o argumento de que os deputados necessitavam de um extra para renovar o guarda-roupa. Na prática, não é preciso prestar conta, e a verba serve de salário extra. Os deputados recebem salário de R\$ 20 mil.

Apesar do recurso ser livre, Gondim disse que via o dinheiro como um extra para vestuário: ele disse comprar cerca de quatro ternos, 20 camisas e 20 gravatas por ano.

"Normalmente você vai comprar um terno da VR [loja que vende modelos de R\$ 690 a R\$ 3.890], de qualidade especial. Agora é ir ali no shopping D [shopping popular de São Paulo] e procurar um terno de R\$ 90, R\$ 120."

Gondim afirmou que, apesar da restrição orçamentária, vai tentar um "meio termo de tecido bom, leve": "Um

tecido especial, né, aquela lã fria. Você tem que usar uma coisa confortável. Saio daqui e vou para uma audiência a 220 km daqui. Se você não for confortável, está lascado".

Ele acrescentou às suas dificuldades o fato de ir às compras com a mulher: "Você que é casado vai com a esposa. Vai comprar a porra de um vestido: é R\$ 200, R\$ 400".

Ele disse nem gostar de terno, mas que "lamentavelmente as pessoas reparam".

Gondim alfinetou a Justiça e o Ministério Público: "Eu acato a decisão, mas eles poderiam andar com a gente: saem de casa, vão para a Promotoria, para o tribunal, de lá voltam para casa. A gente corre. Se você não está presente [na Assembleia], te esculhambam. Se não visita uma Santa Casa, te esculhambam". (RODRIGO VIZEU)

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Barbieri negocia com promotor entrega de colegas na Assembleia

Testemunha teria como incriminar ao menos quatro deputados, diz delator do suposto comércio de emendas

Petebista faz exigência de que fonte seja mantida em sigilo para que possa apontar 'fatos e situações' do esquema

RODRIGO VIZEU
DE SÃO PAULO

O deputado estadual Roque Barbieri (PTB-SP), que denunciou a suposta venda de emendas na Assembleia Legislativa de São Paulo, disse ao Ministério Público ter uma testemunha disposta a apontar o envolvimento direto de ao menos quatro deputados no esquema.

No depoimento, ao qual a *Folha* teve acesso, o deputado "se dispõe a apresentar uma testemunha que pode esclarecer fatos e situações que comprometem pelo menos quatro deputados diretamente envolvidos com a prática de negociação ilícita de emendas no curso do ano passado".

Barbieri, que depôs ao promotor Carlos Cardoso no último dia 10, exigiu, no entanto, que a Promotoria garanta a ele o sigilo da testemunha antes de revelar a identidade dela.

O deputado deu início a uma crise ao dizer, em agosto, que até 30% de seus colegas negociavam suas emen-

das ao Orçamento, mas jamais apontou nomes de forma clara.

Em 12 de outubro, ele disse à *Folha* que daria ao promotor até nove nomes. Ontem, ele disse que "vai chegar a esse número" e que quatro foi apenas uma quantidade "mínima".

O promotor Cardoso disse lamentar que Barbieri não tenha dado nomes, mas afirmou que pode procurá-lo novamente.

Cardoso afirmou que analisa o pedido de sigilo da testemunha do petebista. "Não é tão simples. Eu posso garantir isso no inquérito, mas o Judiciário pode trazer à to-

na depois. Não posso assumir compromisso e depois deixar a pessoa ao relento", disse.

O promotor também vai ouvir a líder comunitária Terezinha Barbosa, que disse ter sido convidada por três deputados a integrar um esquema com emendas.

Em seu depoimento, Barbieri disse ao promotor que, quando o deputado estadual envia muitas emendas para onde não teve votos, "é bem provável que esteja promovendo algum tipo de negociação ilícita".

Ele já havia levantado essa suspeita antes.

O petebista comentou também reportagens da imprensa sobre emendas de coleas.

Sobre a ex-deputada Patrícia Lima (PR) ter destinado, conforme revelou a *Folha*, emenda que financiou compra superfaturada em um hospital, Barbieri disse que "a seu juízo, tudo leva a crer que houve malversação de dinheiro público, se não dela diretamente, pelo menos na destinação desses recursos". Lima disse desconhecer irregularidades.

O deputado também disse que "têm a aparência de verdadeiros" os fatos envolvendo o ex-deputado José Bruno (DEM), investigado pelo governo por suspeita de comércio de emendas. Bruno também nega irregularidades.

“ Não é tão simples [manter sigilo de testemunha de Roque Barbieri]. Eu posso garantir isso no inquérito, mas o Judiciário trazer à tona depois. Eu não posso assumir compromisso e depois deixar a pessoa ao relento

CARLOS CARDOSO
promotor

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Collor faz críticas a reportagem sobre pensão a ex-mulher

Senador faz ameaça e diz que informações são 'irresponsáveis' e 'intempestivas'

O senador Fernando Collor (PTB-AL) criticou ontem reportagem da **Folha** que mostrou que há dois anos um oficial de Justiça tenta sem sucesso notificá-lo em Maceió sobre uma ação de cobrança de Rosane Malta Collor de Mello, sua ex-mulher.

Collor disse que a reportagem é "absolutamente intempestiva" e "irresponsável".

Rosane cobra do senador R\$ 280 mil, referente à diferença no valor da pensão paga por Collor por dois anos. Eles se separaram em 2005, após 22 anos de casados.

"A matéria que hoje foi divulgada sobre questão pessoal minha é absolutamente intempestiva, seja do ponto de vista jurídico seja do ponto de vista jornalístico", afirmou Collor por meio de sua conta

no microblog Twitter.

O senador afirmou que cumpre com suas obrigações e ameaçou retaliações.

"Resta-me conclamar os confrades para que apurem a notícia antes de divulgá-la. Não preciso dizer que quem de forma temerária escreveu e publicou essa matéria será alvo de uma tunda equivalente ao tamanho da sua irresponsabilidade."

Procurado pela **Folha** antes da publicação da reportagem, o advogado de Collor, Fábio Ferrário, informou que o senador mora e trabalha em Brasília e não poderia mesmo ser encontrado em Maceió. Segundo o advogado, a pensão é paga em dia e valor fixados pela Justiça.

A reportagem informou que o oficial de Justiça fez oito tentativas para achá-lo, mas não o encontrou.

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

EDUARDO MUYLAERT

Não atirem no humorista

O humor é livre no Brasil. Sua dignidade constitucional foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como parte da liberdade de expressão e de criação artística.

O direito ao sarcasmo foi garantido na chamada "Adin do Humor", relatada pelo ministro Ayres Britto. A superada Lei de Imprensa já não tinha mais eficácia. A liminar de 2010 veio suspender regra da lei eleitoral que cerceava pilhérias envolvendo candidatos.

"Nós vamos liberar o humor", diz o ministro Ricardo Lewandowski. "Mas vedar o humor? Isso é uma piada", lança o ministro Peluso.

O presidente do STF já julgara, no Tribunal de Justiça paulista, que não se pode reprimir aos humoristas profissionais e à imprensa, ainda quando demasiadas na forma e cáusticas no conteúdo, as expressões artísticas sob as quais exercitam o direito da crítica.

Decorre da liberdade constitucional do humor que eventual excesso é preferível a qualquer censura ou repressão, pois é próprio do humor o exagero, a hipérbole. E o simples fato de alguém eventualmente se sentir ferido não pode restringir a atividade, dada a índole subjetiva das reações individuais.

A crítica é que poderá servir de parâmetro para a nossa nova geração de humoristas, que, às vezes, exageram ao brincar com fatos históricos

Muitos objetam com os possíveis excessos, mas a jurisprudência se inclina claramente pela liberdade. Para o STJ, não cabe aos tribunais dizer se o humor praticado é popular ou inteligente, de bom ou de mau gosto, classificação considerada discriminatória e odiosa no voto da ministra Nancy Andrighi. Só a crítica pode avaliar o humor, reconhecido como atividade artística.

As pilhérias envolvendo políticos, policiais, jogadores de futebol, atrizes, entre outros tantos, revelam que o tempo da censura está ultrapassado. Até mesmo a figura do presidente da República tem sido objeto de humor.

A liberdade de expressão incomoda, e sempre houve tentativas de cercear sua atividade.

Quem não se lembra da perseguição aos que ironizavam a ditadura? E das ameaças aos que brincaram com o profeta ou com a religião?

Todas as vezes em que a sociedade

de optou pela repressão, escreveu páginas trágicas. Nova York pediu tardiamente desculpas pela prisão de Lenny Bruce, comediante cujo humor não tinha sequer a ousadia da comédia das noites de sábado.

A liberdade é essencial ao humor. É próprio do humor o contrassenso, o absurdo, o contrário de tudo que é tido como normal. Parte da graça de um comediante, ensina um manual, é que pode dizer coisas que uma pessoa normal não pode ou não quer dizer.

A crítica, a discussão na imprensa e a opinião pública é que poderão servir de parâmetro para essa nova geração de humoristas, que, às vezes, exageram ao brincar com fatos históricos ou valores sobre os quais não pararam para refletir.

A questão da liberdade do humor é séria. Não se pode levar a sério o que é mero humor, produzido num contexto de humor, com a intenção apenas de fazer rir. Essa liberdade a Constituição assegura e nossos tribunais garantem.

EDUARDO MUYLAERT é advogado criminal. Foi secretário da Justiça e da Segurança Pública de São Paulo (governo Franco Montoro), presidiu o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e foi juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

18 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Sindicato pede retroativo para 400 na Justiça

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes protocolou na Justiça ontem as primeiras 400 ações de cobrança do aviso prévio proporcional ao tempo trabalhado.

A lei que ampliou o aviso prévio de 30 dias para até 90 dias vale desde o dia 13 de outubro.

Pela regra, os trabalhadores passaram a ter direito a três dias extras de aviso prévio por ano trabalhado, até o limite de 90 dias.

A lei, porém, não resolveu a lacuna no texto sobre a retroatividade do benefício aos demitidos nos últimos dois anos —prazo legal para pleitear direitos trabalhistas.

Segundo o sindicato, foram atendidos, desde o dia 13, mais de 2 mil metalúrgicos interessados em entrar com o processo para receber a diferença do valor do benefício.

“Todos são casos de trabalhadores demitidos nos últimos 24 meses e que tinham mais de um ano de trabalho na empresa”, afirma o presidente do sindicato, Miguel Torres.

18 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-PR abre processo contra juíza de Londrina

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná abriu processo contra a juíza da 3ª Vara Criminal de Londrina, Oneide Negrão de Troitas. A juíza, que está afastada desde o dia 14 de setembro, é acusada de manter servidor comissionado em vez de convocar escrivão concursado e de protelação de decisões em processos. Ela ficará afastada preventivamente de suas funções por três meses. As informações são do site Espaço Vila.

De acordo com o jornal Folha de Londrina, Oneide Negrão contratou o criminalista Elias Mattar Assad para defendê-la. O advogado acompanhou a sessão especial na última semana e prepara a defesa da magistrada. O advogado negou que a juíza tenha incorrido em erros na 3ª Vara. "Eu me limito a dizer que ela não violou nenhuma norma inerente ao cargo, se serventários violaram, aí cabe a corte analisar. O que eu posso falar é que tenho perspectivas boas de que ela será inocentada e reassumirá suas funções", afirmou.

O processo corre sob sigilo. Se for responsabilizada, Oneide Negrão pode receber aposentadoria compulsória. Os trabalhos na 3ª Vara Criminal são coordenados pelo juiz substituto Juliano Nanúncio. Entre todos os magistrados estaduais investigados no país, dez são do Paraná.

18 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRT lança edital para construção do novo Fórum de Ponta Grossa

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargador Ney José de Freitas, entregou, na tarde da última quarta-feira, (16), para a diretora substituta do Fórum Trabalhista de Ponta Grossa, Giana Malucelli Tozetto, o projeto de edificação do novo Fórum da Justiça do Trabalho do município. A abertura do edital de licitação da obra está prevista para 25 de novembro e a previsão é que a construção do prédio de 8 mil metros quadrados fique pronta em dois anos. "Esta administração não pensa só no presente, mas tem os olhos voltados para o futuro. Bem por isso, o projeto contempla não apenas as atuais quatro, mas espaço para seis Varas do Trabalho", ressaltou o presidente Ney José de Freitas, durante solenidade realizada no gabinete da Presidência, em Curitiba.

O presidente do TRT lembrou a importância da obra para o município e o empenho de todos os administradores para que a construção do novo fórum se tornasse realidade, como o esforço da ex-presidente do Tribunal, Rosalie Michaele Bacila Batista, que deu início ao projeto de construção do novo

Fórum Trabalhista de Ponta Grossa, e da presidente eleita para a próxima gestão, a partir de dezembro deste ano, Rosemarie Diedrichs Pimpão, a quem caberá o término da obra.

Para a juíza Giana Tozetto, a construção do novo Fórum Trabalhista de Ponta Grossa marca o desenvolvimento da cidade. "Esse novo espaço atenderá melhor, principalmente, o trabalhador, que hoje precisa se deslocar para o local distante onde o atual fórum está instalado", ressaltou.

O novo Fórum Trabalhista de Ponta Grossa, que será construído na Rua Maria Rita Perpétua da Cruz esquina com Ermelindo Leão, possui área de 8.022,53 m². O projeto arquitetônico do edifício é similar ao adotado no Fórum Trabalhista de Maringá. Além de espaço para seis Varas do Trabalho, o fórum contará com auditório, área para arquivos de processos, sala de advogados, espaço para instalação de cafeteria, salas para a direção do Fórum, área de distribuição e oficiais de justiça, área para terceirizados, além de estacionamento coberto para uso exclusivo e estacionamento para o público. O terreno foi doado pela Prefeitura Municipal.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF julga imunidade tributária dos Correios

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, pediu vista no recurso em que se discute se os Correios devem ou não pagar ISS sobre as atividades que não tenham a característica de serviços postais. Neste recurso o que está em jogo é a natureza dos impostos que uma empresa pública, quando no exercício de atividade privada, deve pagar.

Os Correios questionam decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, que entendeu assistir à prefeitura de Curitiba o direito de tributar a empresa estatal com o ISS nos serviços elencados no item 95 da lista anexa do Decreto-lei 56/1987. Tais serviços abrangem cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento.

Até o momento, negaram provimento ao Recurso Extraordinário os ministros Joaquim Barbosa (relator), Luiz Fux, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Cezar Peluso. Já os ministros Ayres Britto, Gilmar Mendes e Celso de Mello votaram pelo provimento do RE. O tema discutido no presente processo teve reconhecido, pela Suprema Corte, o caráter de repercussão geral.

FÁBIO CAMPANA

Afastamento

O Ministério Público entrou ontem (17) com ação de improbidade administrativa contra o presidente da Câmara João Claudio Derosso, imputando-lhe responsabilidade em irregularidades nos contratos de propaganda na Câmara Municipal. Entre outras medidas, pede o afastamento de Derosso da presidência, do mandato de vereador e a restrição patrimonial de até R\$ 5 milhões para cobrir eventuais danos causados ao erário público.

18 NOV 2011

1.8 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Investigação criminal gera indenização por danos morais

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS) manteve decisão da juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, Valeria Heinicke do Nascimento, que condenou uma empresa de transportes ao pagamento de R\$ 20 mil a um motorista, na forma de indenização por danos morais. O empregado foi investigado e processado por um suposto crime de apropriação indébita de valores, posteriormente descartado pela polícia por falta de provas. A condenação por danos morais foi embasada no fato de a empresa ter imputado ao trabalhador um crime não cometido, inclusive revelando a situação entre os demais em-

pregados.

O motorista havia sido despedido por justa causa e, inconformado, pediu na Justiça do Trabalho sua reintegração à transportadora. Na audiência inicial desse processo, soube que estava sendo acusado pela empresa por apropriação indébita de valores. A reclamada, na contestação, juntou boletim de ocorrência registrado na 2ª Delegacia de Polícia de São Leopoldo. A empresa sustentou que o empregado retivera ilegalmente a quantia de R\$ 1.176,26 ao retornar de uma viagem.

Para o delegado que presidiu o inquérito policial, não houve indícios da prática do crime. Assim, o motorista, em um novo processo, alegou que a empresa

cometera ato ilícito ao imputar-lhe publicamente um crime que não cometeu, caracterizando calúnia, conforme artigo 339 do Código Penal. Por esse motivo, fez o pedido de indenização por danos morais.

Tanto na esfera criminal, quanto na trabalhista, a reclamada levou como testemunha, um ex-colega do reclamante, porém a juíza de primeiro grau considerou contraditório o depoimento do mesmo. Após esta e outras considerações, restou, na visão da magistrada, o dano moral sofrido pelo trabalhador. "Verifica-se pelos depoimentos que o reclamante foi alvo de flagrante constrangimento perante seus colegas e o meio profissional, pelo fato ocorrido".

Empregada ganha diferença salarial ocorrida em terceirização

A Liderança Limpeza e Conservação Ltda., empresa terceirizada que presta serviços ao Governo de Santa Catarina, terá de arcar com as verbas trabalhistas de uma empregada oriunda da empresa contratada anteriormente para prestar os mesmos serviços ao estado. Segundo o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, relator que examinou o recurso da Liderança na Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ela é sucessora da empresa anterior e, assim, não poderia ter reduzido o salário da trabalhadora.

Na ação trabalhista, a empregada informou que, apesar da troca de empresa, não deixou de "trabalhar um dia sequer". Após ser admitida pela Liderança, passou a responder sozinha pelo serviço que era realizado por três colegas na empresa anterior – digitação na central

de atendimento, atendimento telefônico e encaminhamentos – e foi ainda incumbida dos serviços de assistência judiciária, distribuição e cópias xerox, com salário inferior ao até então percebido. Ao ser dispensada sem justa causa em 2008, ela ajuizou a ação com pedido de diferenças salariais.

Ao examinar o recurso da Liderança contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) que a condenou ao pagamento das referidas diferenças, o ministro Aloysio Veiga manteve o entendimento do TRT no sentido de que se tratava de empresas prestadoras de serviços para órgãos públicos, donde a nova empresa sucedia a antiga quanto aos contratos de trabalho. Observou ainda que a empregada permaneceu no local de trabalho, sem solução de continuidade. O TRT esclareceu que

a sucessão não ocorre somente nos casos de transferência de empresa, mas, também, "com a continuidade da exploração do mesmo negócio jurídico por outra empresa distinta e sem nenhum vínculo jurídico com a anterior".

O relator acrescentou que, no Direito do Trabalho, o conceito de sucessão está vinculado a seus efeitos concretos no contrato de trabalho, conforme a norma contida nos artigos 10 e 448 da CLT, segundo as quais a alteração na estrutura jurídica da empresa ou a mudança de propriedade não podem afetar os contratos de trabalho dos respectivos empregados. No caso, além de a empresa anterior ser parte no processo, a alegação da empregada foi a de que a sucessão reduziu direitos que já haviam sido integrados ao seu contrato de trabalho.

FOLHA DE LONDRINA

**Legacy: jornalista
americano é
condenado**

18 NOV 2011

Adriana De Cunto
Equipe da Folha

Curitiba – O jornalista norte-americano Joe Sharkey, passageiro do jato Legacy, que colidiu com o Voo 1907 da Gol, provocando a queda da aeronave brasileira, foi condenado ontem pela 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em Curitiba (PR). O acidente aconteceu em 2006. Sharkey foi condenado a se retratar publicamente de comentários ofensivos feitos em seu blog, logo após a tragédia, e também terá que pagar uma indenização de R\$ 50 mil.

Ele fez críticas fortes e duras à população brasileira e defendeu que o Brasil foi culpado pela colisão do jato com o avião da Gol.

A ação contra o jornalista é um processo cível movida por Rosane Gutjahr, presidente da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo 1907. Ela perdeu o marido na tragédia. Sharkey não compareceu ao julgamento e nem enviou advogado. O dinheiro da indenização será repassado para a Associação de Amigos do Hospital de Clínicas (HC) de Curitiba.

CLÁUDIO HUMBERTO

Médico no banco dos réus

O juiz Tiago Pinto Carvalho decidiu que o médico Lucas Selxas Doca Jr, que faz cirurgias de redução bariátrica, vai a júri popular pela morte de Fernanda Wendling, uma professora do UniCeub que ele operou em 2006. É a segunda acusação de homicídio contra Lucas Selxas.

FOLHA DE LONDRINA

MP entra com ação contra presidente 18 NOV 2011

da Câmara de Curitiba

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - O presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), vai responder a uma ação civil pública por improbidade administrativa, ingressada ontem pelo Ministério Público (MP) do Paraná. O órgão também pede o afastamento de Derosso da Câmara. O tucano é acusado de ter beneficiado a esposa dele, a jornalista Cláudia Quelroz Guedes, em contratos de publicidade firmados pela Câmara entre 2006 e 2010. Proprietária da empresa Oficina da Notícia, Cláudia administrou mais de R\$ 5 milhões em serviços de publicidade durante este período, segundo levantamento do MP.

Além de Derosso, a ação do MP inclui Cláudia e quatro servidores da Comissão de Licitação da Câmara na época em que os contratos foram firmados. Uma eventual condenação por ato de improbidade administrativa implica em sanções como a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução dos valores gastos indevidamente, proibição de contratar com o poder público e multa. Junto com o pedido liminar de afastamento de Derosso da presidência da Câmara, a Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Curitiba requer na Justiça a indisponibilidade de bens de todos os envolvidos.

Liminar também pede que vereador tucano se afaste da Casa

A investigação no MP ocorreu nos últimos meses com depoimentos de Derosso, Cláudia e demais envolvidos no suposto esquema, depois que as denúncias começaram a surgir, entre julho e agosto. Quando o primeiro contrato foi assinado com a Oficina da Notícia, Cláudia era servidora da Câmara e por isso não poderia ter participado da licitação, na qual a Oficina foi uma das duas únicas participantes. A outra empresa, Visão Publicidade, também firmou contratos com o Legislativo municipal.

Nos aditivos dos contratos feitos com a empresa de Cláudia, embora não fosse mais servidora, ela já mantinha um relacionamento afetivo com Derosso.

"Isso vai contra todos os princípios de ética, da moralidade e da impessoalidade", diz a promotora de Justiça Danielle Thomé, uma das autoras da ação contra Derosso. O fato de que o contrato inicial e os aditivos foram autorizados pelas comissões internas da Câmara não exime Derosso e sua esposa de culpa e de responsabilidade legal, alerta a promotora.

Essa primeira ação questiona o processo licitatório e a contratação da empresa de publicidade. A execução desses contratos (que tipo de serviço foi solicitado; como o trabalho foi prestado; e o que efetivamente resultou dos contratos) ainda está sob análise do MP, bem como os supostos casos de nepotismo praticados por Derosso dentro da Câmara.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dentro da Câmara está em andamento e o Tribunal de Contas (TC) do Estado está analisando toda a documentação firmada entre as partes. A Reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Câmara de Curitiba e pediu um posicionamento do presidente da Casa, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 18 NOV 2011

Os mais ricos

Os dez parlamentares mais ricos do Congresso Nacional concentram quase metade de todo o patrimônio declarado pelos colegas das duas Casas: 667 (incluindo licenciados e suplentes que exercem ou exerceram o mandato na atual legislatura). É o que revela um levantamento feito pelo Congresso em Foco com base nas últimas declarações dos deputados federais e senadores feitas à Justiça Eleitoral.

Campeões

O deputado federal João Lyra (PSD-AL) e o senador Blairo Maggi (PR-MT) são os mais ricos - os únicos com fortuna pessoal superior a R\$ 100 milhões. O terceiro mais rico integra a bancada do Paraná na Câmara Federal: é o tucano, Alfredo Kaefler, que declarou ter um patrimônio de cerca de R\$ 96 milhões.

Mais de R\$ 1 milhão

Depois de Alfredo Kaefler, os paranaenses que possuem mais de R\$ 1 milhão aparecem na seguinte ordem: Edmar Arruda é o 24º da lista, com R\$ 12,3 milhões; depois estão Nelson Padovani (39º), com R\$ 7,9 milhões; Dilceu Sperafico (40º), com R\$ 7,6 milhões; Luiz Carlos Setim (52º), com R\$ 6 milhões; Abelardo Lupion (55º), com R\$ 5,8 milhões; Eduardo Sciarra (113º), com R\$ 2,67 milhões; Giacobbo (117º), com R\$ 2,63 milhões; Leopoldo Meyer (143º), com R\$ 2,16 milhões; Osmar Serraglio (148º), com R\$ 2,10 milhões; João Arruda (149º), com R\$ 2,09 milhões; Cezar Silvestri (154º), com R\$ 2,02 milhões; Ratinho Júnior (163º), com R\$ 1,93 milhão; Alvaro Dias (165º), com R\$ 1,90 milhão; Alex Canziani (189º), com R\$ 1,58 milhão; Nelson Meurer (195º), com R\$ 1,51 milhão; Moacir Micheletto (222º), com R\$ 1,23 milhão; Takayama (230º), com R\$ 1,19 milhão; Rubens Bueno (243º), com R\$ 1,13 milhão; e Reinhold Stephanes (253º), com R\$ 1,08 milhão.

→ Menos de R\$ 1 milhão

Os paranaenses com menos de R\$ 1 milhão são: Sérgio Souza (279º), com R\$ 936 mil; Roberto Requião (312º), com R\$ 797 mil; Luiz Carlos Hauly (320º), com R\$ 777 mil; André Zacharow (324º), com R\$ 758 mil; Gleisi Hoffmann (359º), com R\$ 659 mil; Cida Borghetti (379º), com R\$ 610 mil; Angelo Vanhoni (397º), com R\$ 573 mil; André Vargas (399º), com R\$ 572 mil; Hermes Parcianello (493º), com R\$ 348 mil; Zeca Dirceu (505º), com R\$ 325 mil; Sandro Alex (509º), com R\$ 318 mil; Dr. Rosinha (536º), com R\$ 258 mil; Fernando Francischini (567º), com R\$ 207 mil; Assis do Couto (570º), com R\$ 202 mil; Rosane Ferreira (618º), com R\$ 74 mil; e Luiz Nishimori (660º), que nada declarou.

TRIBUNA DO PARANÁ

Agora 18 NOV 2011 complicou



Ministério Público pede o afastamento, bloqueio dos bens e a devolução de cerca de R\$ 6 milhões por parte do presidente da Câmara, **João Cláudio Derosso**.

Improbidade

Promotoria propõe afastamento de Derosso, bloqueio dos bens de todos os envolvidos e devolução de quase R\$ 6 mi

MP entra em ação

Ana Carolina Bendlin e Olavo Pesch

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Curitiba, propôs, ontem, ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o presidente da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB). O MP-PR sustenta que o parlamentar foi responsável pela licitação e contratação irregulares da agência de publicidade que tinha como proprietária uma servidora da Casa Legislativa. A dona da agência, Cláudia Queiroz Guedes, esposa de Derosso, também é requerida na ação, bem como a empresa Oficina da Notícia Ltda, de propriedade dela.

A Promotoria de Justiça requereu liminarmen-



Derosso: cerco.

te o afastamento de Derosso das funções de presidente da Câmara e a indisponibilidade de bens de todos os envolvidos para "garantia dos prejuízos causados ao erário". Estima-se que as irregularidades representam rombo de quase R\$ 6 milhões. Eventual condenação por ato de improbidade administrativa implica em sanções

como a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução dos valores gastos indevidamente ao erário, proibição de contratar com o poder público e multa.

Outros

Também são requeridos na ação Washington Luiz Moreno, Ailton Luiz Bonacif Borges, Maria Angélica Bellani Martins e Priscilla de Sá e Benevides Carneiro, servidores que integraram a comissão de licitação. Os promotores de Justiça Danielle Gonçalves Thomé e Paulo Ovídio dos Santos Lima, responsáveis pela ação, destacam que a apresentação da medida não encerra as investigações a respeito de notícias de irregularidades envolvendo o vereador e os contratos firmados entre a Câmara e a Oficina da Notícia.

Advogado contesta

Procurado pela reportagem, João Cláudio Derosso atendeu o celular rapidamente e disse que a ligação estava ruim porque estava na estrada. Logo depois, a ligação caiu. Os contatos posteriores deram caixa postal. O telefone da chefe da assessoria de imprensa da Câmara, Priscilla de Sá e Benevides Carneiro, também citada na ação, estava desligado. Na assessoria da Casa, ela não estava.

O advogado de Derosso, Antônio Augusto Figueiredo Basto, disse que não tinha conhecimento do conteúdo da ação e acha que a atitude dos promotores foi precipitada porque divulgaram a ação para a imprensa antes de informar os interessados no caso. "Não há provas que justifiquem o pedido de afastamento porque ele sempre colaborou com o Ministério Público, estava presente quando foi chamado, abriu a Casa e nunca se negou a prestar informações", comentou. Para o defensor do lucano, "as ações não caracterizam improbidade administrativa porque não houve prejuízo ao orçamento municipal". (ACB e OP)

18 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Indenização por ofensa

O jornalista norte-americano Joe Sharkey deve ser condenado pela 9.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça a pagar indenização superior a R\$ 50 mil e a se retratar publicamente por ofensas que escreveu em seu blog, publicadas no jornal The New York Times contra a Justiça e os brasileiros.

A ação contra ele é movida por Rosane Gutajahr, esposa de uma das 154 vítimas do voo 1907 da Gol, cuja aeronave caiu em 29 de setembro de 2006, após chocar-se com um jato Legacy. No jato, viajavam Sharkey, dois pilotos e outros quatro pas-

sageiros. Nenhum ficou ferido.

Na ação, Rosane pede indenização e retratação pública por se sentir ofendida pelo jornalista norte-americano que, após voltar aos Estados Unidos, começou uma campanha na internet para impedir que os pilotos do Legacy voltassem ao Brasil para responder criminalmente pela ocorrência.

Segundo a ação, nas publicações em seu blog <http://sharkeyonbrazil.blogspot.com>, o jornalista insere várias ofensas contra a população e a Justiça brasileiras, além de tratar com ironia e culpar o Brasil pela tragédia. (KLM)

TRE

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba, localizada na Rua João Parolin, 55 - Prado Velho, não funcionará neste domingo, por causa da manutenção do servidor central do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O atendimento será normal amanhã, das 8h às 18h30.

Dano moral

A Avon Industrial S.A. foi condenada a pagar R\$ 9 mil, por dano moral, a uma mulher cujo nome foi indevidamente inscrito em cadastros de proteção ao crédito. Ficou comprovado, nos autos, que outra pessoa, mediante falsificação de assinatura, utilizou o nome dela para cadastrar-se como revendedora. A estelionatária fez compras no valor de R\$ 342,28, mas não quitou o débito contraído com a Avon, o que acarretou o registro em cadastros de devedores.

METRO 18 NOV 2011

MP denuncia Derosso e mais 5

► Presidente da Câmara e sua mulher, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes, além dos quatro integrantes da comissão especial de licitação do legislativo, foram denunciados por atos de improbidade administrativa ► Cláudia era funcionária da Câmara quando sua empresa, a Oficina de Notícias, venceu a licitação

Derosso e a mulher são denunciados

► Ministério Público acusa o presidente da Câmara por improbidade administrativa e pede seu afastamento para não intimidar testemunhas

A promotora de Justiça Danielle Thomé apresentou denúncia por improbidade administrativa contra o presidente da Câmara Municipal, João Cláudio Derosso, a mulher dele, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes, quatro integrantes da comissão especial de licitação do legislativo e a empresa Oficina de Notícias, que pertence à Cláudia.

Eles foram acusados por

conta do contrato de publicidade feito pela Câmara com a empresa de Cláudia, em 2006. Na época, a jornalista era funcionária da Câmara e não poderia ter participado da licitação nem ter sido contratada.

Segundo a promotora, a denúncia diz respeito apenas à licitação e contratação da Oficina de Notícias. As demais irregularidades nos contratos continuam sob in-

vestigação.

Uma dessas acusações diz respeito aos repetidos aditivos contratuais feitos desde então pela Câmara com as duas empresas que ganharam a concorrência em 2006. Além da Oficina de Notícias, a Visão Publicidade foi contratada.



MARTHA FELDENS
METRO CURITIBA

Denunciados

- João Cláudio Derosso
- Cláudia Queiroz Guedes
- Oficina de Notícias
- Washington Luiz Moreno
- Alrton Luiz Bonacif Borges
- Maria Angélica Bellant Martins
- Priscila de Sá e Benevides Carneiro

18 NOV 2011

METRO

Jornalista é condenado por danos morais

O jornalista norte-americano Joe Sharkey, que estava no Legacy que se chocou com o Boeing da Gol em 2006, foi condenado ontem em Curitiba a se retratar e a pagar uma indenização no valor de R\$ 50 mil. O valor ainda terá correção monetária a partir de janeiro de 2008, data em que textos considerados ofensivos foram publicados em seu blog.

A ação é movida por Rosane Gutjahr, viúva de umas das vítimas e diretora da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo 1907. "Com essa decisão, podemos ter parte da nossa honra novamente, pois o Brasil não pode se sujeitar a esse tipo de ofensa", disse.

De acordo com a acusação, o jornalista chamou o país de "terra maluca" ("crazy land"), e permitiu a postagem em seu blog de críticas feitas por leitores, com declarações como "os brasileiros são mais idiotas que os idiotas", além de comentários chamando o presidente Lula de "Bin Lula e os 40 ladrões" e as brasileiras de "mulheres prostitutas". Joe Sharkey foi julgado à revelia, pois desde o início não apresentou defesa e nem enviou representante.

● METRO CURITIBA

Americano é condenado por ofensas ao Brasil

PARANÁ ONLINE

Karla Losse Mendes

Anderson Tozato

18 NOV 2011



Advogado Dante D'Aquino disse que é possível que a Justiça brasileira envie uma carta rogatória à Justiça norte-americana comunicando-a da decisão

O jornalista norte-americano Joe Sharkey deve ser condenado pela 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça a pagar indenização de mais de R\$ 50 mil e a se retratar publicamente por ofensas que escreveu em seu blog, publicadas no jornal The New York Times contra a Justiça e o povo brasileiros.

A ação contra ele é movida por Rosane Gutajahr, esposa de uma das 154 vítimas do voo 1907 da Gol, cuja aeronave caiu em 29 de setembro de 2006, após chocar-se com um jato Legacy. No jato, viajavam Sharkey, dois pilotos e outros quatro passageiros. Nenhum ficou ferido.

Na ação, Rosane pede indenização e retratação pública por se sentir ofendida pelo jornalista norte-americano que, após voltar aos Estados Unidos, começou uma campanha na internet para impedir que os pilotos do Legacy voltassem ao Brasil para responder criminalmente pela ocorrência.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PARANÁ ONLINE

Segundo a ação, nas publicações em seu blog <http://sharkeyonbrazil.blogspot.com>, o jornalista insere várias ofensas contra a população e a Justiça brasileiras, além de tratar com ironia e culpar o Brasil pela tragédia.

18 NOV 2011

Sharkey teria permitido também que os leitores postassem comentários ofensivos usando afirmações como "os brasileiros são mais idiotas que os idiotas" e expressões como "mulheres prostitutas".

Ação

A ação foi extinta na decisão de primeira instância pelo juiz da 18ª Vara Cível de Curitiba, que considerou que Rosane não tinha legitimidade para mover o processo uma vez que nem ela nem o marido foram citados diretamente pelo jornalista.

O advogado de Rosane, Dante D'Aquino, que também representa a Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo 1907, recorreu da decisão. No julgamento do recurso, iniciado nesta quinta-feira (17), o relator da ação, o juiz substituto de 2º Grau Sérgio Luiz Patitucci, considerou que a autora possui legitimidade e que o fato dela e do marido não terem sido citados diretamente não retira o direito de Rosane de ser indenizada.

No entendimento do juiz, a morte do marido dela foi utilizada como pano de fundo para as ofensas e teriam indiretamente causado sofrimentos e danos à autora. Em seu voto, Patitucci reconheceu que houve dano moral e fixou pagamento de indenização de R\$ 50 mil, acrescidos de juro de mora, a contar da data da primeira postagem com as ofensas.

A desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin acompanhou o voto do relator. O julgamento foi suspenso após o desembargador José Augusto Gomes Aniceto solicitar vistas do processo. Ele afirmou que teria dúvidas quanto à legitimidade de Rosane para mover a ação e preferiu estudar a causa antes de se pronunciar.

Segundo o advogado de defesa, no entanto, como dois dos três desembargadores já teriam se pronunciado sobre o caso, mesmo sem a sentença final, é possível afirmar que o jornalista norte-americano será condenado pela Justiça brasileira.

"A decisão já está proferida e ele será condenado a pagar indenização e a se retratar publicamente nos mesmos meios que utilizou para publicar as ofensas", explicou.

CONTINUA

O advogado se mostrou satisfeito com o resultado. "Estamos plenamente satisfeitos com a decisão. O que tem significado para nós não é quanto ele terá que pagar, mas o importante é que ele foi condenado."

18 NOV 2011

A autora da ação, Rosane, também esteve presente no julgamento. Ela se mostrou satisfeita com a decisão, mas pede às autoridades brasileiras que se mobilizem para que a sentença seja cumprida.

"Não digo que seja uma vitória, meu marido está morto e não volta. Mas é um ponto positivo em tudo isso. É o fechamento, a sensação de que a Justiça será feita para que seja resgatada a nossa dignidade, a nossa honra, que é a única coisa que nos resta", disse.

De acordo com D'Aquino, é possível que a Justiça brasileira envie uma carta rogatória à Justiça norte-americana comunicando-a da decisão. A partir dessa comunicação, a Justiça norte-americana poderá determinar que o réu cumpra a decisão. Este instrumento já teria sido utilizado entre os países em ações parecidas, mas não há garantia que Sharkey será obrigado a cumprir a sentença neste caso.

Outro lado

O jornalista, mesmo comunicado da ação movida contra ele, não apresentou defesa em nenhum momento e foi julgado à revelia. Ele terá ainda 15 dias para apresentar recurso após a publicação da sentença, depois que o julgamento for finalizado. Caso o réu não se manifeste, a ação será considerada transitada e julgada.

Apesar de não apresentar defesa, em seu novo blog <http://joesharkeyat.blogspot.com>, o jornalista afirmou, nesta quarta-feira (16), que a ação por difamação movida contra ele é baseada em uma coleção de mentiras e invenções, que são reproduzidas pela mídia brasileira. Segundo ele, a imprensa local seria "conhecidamente xenófoba".

Ainda segundo ele, sua intenção desde o princípio foi mostrar que o Brasil teria agido de maneira incorreta ao se apressar a criminalizar o acidente aéreo antes de os fatos ficarem esclarecidos.

Ele afirmou ainda que não insultou os brasileiros e que, mesmo que tivesse afirmado que o "o Brasil era o mais idiota de todos os idiotas", isso não seria considerado crime pela Justiça americana.

O jornalista afirmou ainda que a lei norte-americana proibiria qualquer tribunal dos Estados Unidos de aplicar o julgamento de um país estrangeiro por processos de difamação em que "a sentença seja uma afronta à Primeira Emenda e proteção à liberdade de expressão nos Estados Unidos".

Prescreve caso que começou a ser julgado em
2001

CONJUR 18 NOV 2011

Depois de doze anos da apelação da defesa, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reconheceu que um condenado por crimes contra a economia popular e o sistema financeiro não terá mais que cumprir a pena. Com a prescrição, fica extinta a punibilidade do réu. A sentença original somava sete anos e dez meses de reclusão.

O réu foi condenado por “provocar a alta ou baixa de preços de mercadorias, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício” (artigo 3º, inciso VI, da Lei 1.521, de 1951) e por “emitir, oferecer ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários sem lastro ou garantia suficientes” (artigo 7º, inciso III, da Lei 7.492, de 1986). A denúncia foi recebida em março de 1995 e a sentença proferida em outubro de 1997.

O julgamento da apelação começou há dez anos, em novembro de 2001. Foi interrompido por pedido de vista de um dos juízes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo). O caso foi retomado em 2002, quando foram rejeitadas questões preliminares. No mérito, o relator afastou a condenação pelo crime contra o sistema financeiro. O julgamento foi interrompido mais algumas vezes, incluindo novo pedido de vista, a apresentação de embargos declaratórios e de recurso extraordinário com seguimento também negado pelo TRF-3.

No STJ, a defesa obteve liminar em 2005 determinando a suspensão do julgamento da apelação até a decisão definitiva. No pedido de Habeas Corpus, o Ministério Público Federal recorreu apenas da absolvição quanto a outro delito, de gestão temerária de instituição financeira. Em relação a esse crime, o último marco de interrupção da prescrição era o recebimento da denúncia, em 1995. Como a pena máxima para o crime é de oito anos de reclusão, a prescrição já teria ocorrido.

Em relação aos demais crimes, a condenação também prescreveu. Isso porque a pena concreta foi fixada em sete anos e dez meses e já se passaram mais de 12 anos desde o último marco de interrupção, a publicação da sentença, em 1997. Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.

CONJUR

Juiz recebeu, nesta quinta, prêmio

pesquisador gaúcho

18 NOV 2011

O juiz Ingo Wolfgang Sarlet recebeu, nesta quinta-feira (17/11), em Porto Alegre, o “Prêmio Pesquisador Gaúcho 2011”, na área de Ciências Humanas e Sociais. A solenidade de premiação ocorreu, às 17h, no salão de eventos da Federação das Indústrias do Estado (FIERGS). A distinção é conferida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

A iniciativa tem como objetivo distinguir pesquisadores pelo mérito em sua área que, nos últimos 10 anos, tenham contribuído, de modo relevante, para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico, cultural ou artístico do Estado.

Reconhecido como um *cientista do Direito*, Ingo Sarlet é também diretor da Revista da Associação dos Juizes (Ajuris) e professor da Escola Superior da Magistratura (ESM). Colabora ativamente para o estudo e a concretização dos Direitos Fundamentais (individuais e sociais) e dedica-se à internacionalização do Direito brasileiro, ministrando palestras e cursos na Europa, Estados Unidos e África do Sul.

Ele é doutor em Direito pela Universidade de Munique (Alemanha) e faz estudos de pós-doutorado na mesma instituição, na Universidade de Georgetown e no Instituto Max-Planck de Direito Social Estrangeiro e Internacional (Munique). É também professor titular de Direito Constitucional e Direitos Fundamentais nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da PUC-RS; do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Universidade Pablo de Olavide (Sevilha-Espanha); e, a partir de fevereiro de 2012, professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.*